

Raquel Oliveira Santos Teixeira

# Conflitos Socioambientais no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Murta: a luta pelo sentido e o destino do território no Médio Jequitinhonha - MG

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri

Belo Horizonte  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
2005

## Agradecimentos

Agradeço à minha querida família pelo exemplo de vida, pelo apoio irrestrito, pelo carinho e inteira dedicação.

Agradeço à Profª Andréa Zhouri, nosso espelho, obrigada por tantas oportunidades, pela confiança e paciência, pelo enorme apoio, por seu trabalho tão marcante que transformou os últimos cinco anos da minha vida e que me ajuda, hoje, a construir os próximos passos. Agradeço às amigas e amigos do GESTA pelo companheirismo, pelas experiências e idéias compartilhadas.

À Profª Tânia Quintaneiro pela atenção e disponibilidade.

À Angela Paiva pela presença amiga em tantos momentos, especialmente aqueles que compartilhamos por entre as serras do Jequitinhonha e à beira do Araguari.

Ao Marcos Zucarelli, meu parceiro e amigo que me faz a cada dia aprendiz de nosso amor.

Às famílias do Médio Jequitinhonha que me ensinaram a força e a importância da luta e sem as quais este trabalho jamais seria possível. A elas sou eternamente grata pela hospitalidade, pelo carinho, pela atenção prestada.

*Para minha Vó Ana, nossa Nanega,  
porque a cada vez que volto no Jequitinhonha  
me lembro do lugar de onde viemos,  
parte dessas grotas, vertentes e chapadas,  
no sertão desses Gerais.*

## **Resumo:**

A presente monografia apresenta uma leitura do confronto estabelecido entre as populações locais atingidas e o Setor Elétrico, a partir do licenciamento da usina hidrelétrica de Murta. A análise destaca a oposição entre dois modos distintos de realizar o sentido e o destino dos territórios. No interior de uma conjuntura marcada pelo conflito, a (re)construção do território articula-se à constituição de associações e movimentos locais diversos. Neste contexto, inaugura-se uma dinâmica de produção e revisão de sentidos culturais, compondo um novo discurso no qual se destacam: a afirmação de um novo significado do termo “atingido”; a concepção da vida “em comunidade” em contraste com a vida “na rua”; e a construção de uma nova interpretação sobre os significados de “pobreza” e “riqueza”. A formação de mobilizações locais e a imaginação do território colocam em pauta o esforço destas populações atingidas em construir seu problema como um fato coletivo, donde emergem novas identidades.

## **Lista de Siglas e Abreviaturas:**

AABA – Associação dos Atingidos pela Barragem de Aiuruoca  
ABINEE – Associação Brasileira de Indústria Eletro-eletrônica  
ACRAVAN – Associação Cooperativista Regional dos Trabalhadores Agroextrativistas em Defesa do Meio Ambiente e da População do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas  
ADA – Área Diretamente Atingida  
ADAE – Área Diretamente Atingida e Entorno  
AE – Área de Entorno  
AHE – Aproveitamento Hidrelétrico  
AIA – Avaliação de Impacto Ambiental  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
APE – Autoprodução de Energia  
APE-COM – Autoprodução de Energia com Comercialização do Excedente  
APRISCO – Associação de Promoção Infantil Social Comunitária  
CAP - Câmara de Atividades Agrossilvopastoris (COPAM)  
CBH – Câmara de Bacias Hidrográficas (COPAM)  
CDI - Câmara de Atividades Industriais (COPAM)  
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base  
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais  
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco  
CIF – Câmara de Atividades de Infra-estrutura (COPAM)  
CMBH – Câmara de Mineração e Bacias Hidrográficas (COPAM)  
CMI – Câmara de Mineração (COPAM)  
CNEC – Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COM – Comercialização de Energia  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
COPAM – Conselho de Política Ambiental  
CPA – Câmara de Política Ambiental (COPAM)  
CPB – Câmara de Proteção à Biodiversidade (COPAM)

CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens do Alto Uruguai  
CRH – Câmara de Recursos Hídricos (COPAM)  
DIENI – Divisão de Infra-Estrutura de Energia e Irrigação (FEAM)  
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado  
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais  
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente  
GEA – Grupo Ecológico de Aiuruoca  
GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IEF – Instituto Estadual de Florestas  
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MW – MegaWatts  
ONG – Organização Não-Governamental  
PCA – Plano de Controle Ambiental  
PCH – Pequena Central Hidrelétrica  
PIE – Produção Independente de Energia  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
SEMAD – Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente  
SP – Serviço Público  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UHE – Unidade de Produção de Energia Hidrelétrica

## **Lista de Ilustrações e Tabelas**

Mapa de localização do Vale do Jequitinhonha no estado de Minas Gerais (ÁRABE, 1998).

Mapa da divisão da bacia do Jequitinhonha e divisão dos municípios (IBGE, 1997).

Figura demonstrativa de localização das comunidades atingidas pela UHE Murta (GESTA, 2005).

Tabela – Estabelecimentos segundo os grupos de área total (em hectares)  
Censo Agropecuário (IBGE, 1995).

Figura demonstrativa dos aproveitamentos hidrelétricos no Vale do Jequitinhonha (SIPOT/ELETROBRÁS, 2005).

## **Sumário:**

<b>Introdução.....</b>	<b>07</b>
<b>Capítulo I – A Construção das Barragens Hidrelétricas na Perspectiva das Ciências Sociais.....</b>	<b>11</b>
1.1 - Diferentes abordagens do problema.....	11
1.2 - Energia e Sociedade: a constituição de um campo de conflitos.....	15
1.3 - O Território em Disputa.....	21
 <b>Capítulo II – Entre Grotas e Chapadas: observações etnográficas junto às comunidades rurais do Médio Jequitinhonha.....</b>	 <b>26</b>
 <b>Capítulo III - O Licenciamento da UHE Murta.....</b>	 <b>46</b>
2.1 – Estrutura e Processo do Licenciamento.....	46
2.2 – A Estrutura Institucional do Licenciamento no estado de Minas Gerais.....	50
2.3 – O caso do AHE Murta.....	51
 <b>Capítulo IV – A Construção do Território: diferentes topologias.....</b>	 <b>62</b>
4.2 – A topologia produzida pelos representantes do Setor Elétrico.....	62
4.3 – A topologia das comunidades atingidas.....	68
 <b>Conclusão.....</b>	 <b>74</b>
 <b>Referências bibliográficas.....</b>	 <b>75</b>

## **Introdução:**

A presente monografia é fruto da participação nas atividades de pesquisa e extensão conduzidas pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA/UFMG. Em 2001, ano em que eu havia ingressado no curso de graduação em Ciências Sociais, me vi gradativamente envolvida no trabalho de extensão dedicado à assessoria às comunidades atingidas por barragens hidrelétricas no estado. Através da assessoria, fui introduzida ao universo da luta dos “atingidos por barragens” e ao campo de pesquisa “Meio Ambiente e Sociedade”. No âmbito do projeto “Cidadania e Justiça Ambiental: assessoria à participação popular em processos de licenciamento ambiental” e, juntamente com a equipe de professores e alunos integrantes do GESTA, realizei as primeiras experiências de observação participante nas câmaras do COPAM, nas audiências da Assembléia Legislativa e nas localidades ameaçadas pela implantação de projetos hidrelétricos. No final do ano de 2002, a extensão universitária foi articulada ao projeto de pesquisa: “O Licenciamento Ambiental na Perspectiva das Ciências Sociais: as hidrelétricas de Aiuruoca, Capim Branco e Irapé em Minas Gerais”, coordenado pela professora Andréa Zhouri e, inicialmente, apoiado pela FAPEMIG.

A inserção como bolsista de iniciação científica na referida pesquisa, aliada ao trabalho de extensão, proporcionaram-me ricas oportunidades para aprendizados prático e teórico e, representaram, ao longo desses anos, um importante espaço para interlocução e o compartilhamento de reflexões diversas sobre o licenciamento ambiental de hidrelétricas no estado. Atualmente, o projeto conta com o apoio do CNPq e a pesquisa tem continuidade com objetivo de promover análises comparativas entre os diversos processos de licenciamento em exame.

Entre os anos de 2002 e 2005 realizamos diversas viagens à região do Médio Jequitinhonha, sobretudo aos municípios de Coronel Murta e Virgem da Lapa. Em campo, as pesquisas contavam com o emprego de métodos qualitativos das ciências sociais. Seguimos, sobretudo, a tradição de estudos etnográficos buscando a permanência junto às comunidades rurais, vivenciando parcialmente suas experiências diárias, travando contatos



e diálogos mediante um esforço para compreender seu vocabulário, seu discurso e suas práticas. Optamos, assim, pela técnica da “observação participante” (MALINOWSKI, 1978; FOOTE-WHYTE, 1975) complementada pela realização de entrevistas semi-estruturadas com as famílias.

Nestas viagens, percorremos as comunidades de Lavrinha-Malícia, Prechedes, Barra do Salinas, Pachecos, Justinos, Lagoa, Mutuca de Cima, Mutuca de Baixo, Marimondo, Limoeiro e Santana. Durante a maior parte destas viagens, permanecemos nas casas dos moradores, recebendo destes todo apoio e atenção. Caminhamos por suas vazantes, conhecemos seus tabuleiros, participamos de algumas celebrações<sup>1</sup> e muito aprendemos através das prosas e conversas travadas nas cozinhas, nas salas de visita, nos quintais. Os períodos de efetiva estadia em campo podem parecer breves<sup>2</sup>, mas os momentos vivenciados junto às famílias foram intensos e representaram sempre uma profunda experiência de aprendizado. Os breves relatos e informações apresentadas jamais poderão traduzir a riqueza contida nos diálogos, nos momentos compartilhados, nas caminhadas e entrevistas. O que expomos aqui é apenas uma pequena parte de todo saber e de todo conhecimento local, transformados pelo olhar e pela escrita do pesquisador.

As informações obtidas eram sempre registradas em um caderno de campo, o qual esteve presente, em alguns momentos, durante as entrevistas e as visitas às roças. Em outras situações, as anotações eram feitas em condições mais reservadas, pois, muitas vezes os moradores compreendiam que as notas tinham como finalidade a elaboração de um cadastro sobre suas benfeitorias e lavouras. A aproximação nem sempre foi fácil especialmente devido às situações de tensão, ansiedade e desconfiança a que estão submetidos desde o início do licenciamento da barragem de Murta. Contudo, em muitos casos, a identidade de “assessor” e as lembranças de contatos anteriores facilitavam uma maior abertura por parte dos moradores. Cabe destacar que estávamos, na maioria das vezes, acompanhadas por uma liderança local – um jovem que lidera a “Comissão dos Atingidos pela Barragem de Murta” e que é morador da comunidade de Prechedes. Em

---

<sup>1</sup> Festa de São Sebastião – padroeiro de Barra do Salinas e Festa de Nossa Senhora da Lapa.

<sup>2</sup> As viagens tinham em média cinco dias de duração, à exceção de duas campanhas em campo realizadas durante os meses de janeiro e fevereiro de 2005 (15 a 31/01/2005 e 16 a 23/02/2005).

especial, as famílias desta última comunidade nos acolheram em suas casas com frequência e se tornaram nossos principais guias e informantes.

Na presente pesquisa, o material utilizado para a análise é composto por estudos de impacto ambiental, correspondências, reportagens, pareceres técnicos, informações retiradas de consulta aos arquivos da FEAM, entrevistas realizadas pela autora e outras efetuadas por membros da equipe do GESTA, além de depoimentos coletados durante a audiência pública da UHE Murta<sup>3</sup>.

Vale ressaltar que circulando entre a assessoria e a pesquisa, atravessamos as fronteiras da observação participante e nos tornamos também atores do campo da política ambiental, passando a desempenhar muitas vezes a “participação observante” (ALBERT, 2002). E é neste contexto que subverte a “situação etnográfica”, interrogando a neutralidade axiológica do pesquisador que procuramos desenhar uma interpretação (GEERTZ, 2002) dos confrontos que assistimos e dos quais participamos como interlocutores-assessores.

O resultado dessas experiências em campo é a construção de uma leitura sobre o conflito estabelecido entre as populações locais ameaçadas por projetos hidrelétricos e o Setor Elétrico<sup>4</sup>. Através da análise do caso específico da UHE Murta, objetivamos examinar os processos político-culturais envolvidos na disputa entre duas formas distintas de se pensar o território e seus usos. Com este propósito, realizamos, no capítulo um, a revisão das abordagens apresentadas no campo das ciências sociais sobre o problema da implantação de projetos hidrelétricos no Brasil. Nesta trajetória, expomos nossas opções e filiações teóricas, mobilizando abordagens que nos ajudam a compor uma leitura dos fatos. Em

---

<sup>3</sup> Audiência realizada em 15/10/2002.

<sup>4</sup> No âmbito desta monografia denominamos “Setor Elétrico” um conjunto de agentes econômicos e financeiros que desenvolvem, apesar da diversidade dos ramos de atuação, ações e estratégias coerentes e integradas. Destaca-se em seu seio a presença de certo *ethos* corporativo (MIELNIK & NEVES, 1988) dado pelo compartilhamento de visões, interesses e posicionamentos políticos. Neste Setor estão incluídos: as empresas de geração e transmissão de energia elétrica; firmas de engenharia e consultoria contratadas para a execução de estudos e projetos; grandes empreiteiras responsáveis pelas obras civis dos projetos; fabricantes de equipamentos elétricos (turbinas, geradores e transformadores...), além das agências de financiamento (LA ROVERE, 1990). Incluímos também instâncias específicas do poder estatal como Ministério das Minas e Energia e Eletrobrás. Enfim, destacam-se todos os agentes que concorrem no quadro de produção das unidades de geração de energia hidrelétrica no país.

seguida, apresentamos, no capítulo dois, uma breve caracterização das comunidades rurais atingidas pela UHE Murta de modo a introduzir as especificidades das formas locais de se relacionar com a terra. A partir do esforço para conhecer e compreender o modo de vida destas comunidades se evidencia a oposição entre os distintos projetos sociais de apropriação da natureza articulados, de um lado, pelas comunidades atingidas e, de outro, pelos representantes do Setor Elétrico.

No capítulo três, examinamos a estrutura institucional do licenciamento ambiental e apresentamos um relato histórico do caso AHE Murta, de modo a esclarecer como os fatos se passaram até o presente momento, apresentando algumas interpretações.

Finalmente, exibimos, no capítulo quatro, uma análise do conteúdo das diferentes *formas técnicas* (ACSERALD, 2004a) em jogo, enfatizando o contraste entre dois modos distintos de ordenação e significação do espaço. Investigamos, assim, a oposição entre a topologia produzida pelos representantes do Setor Elétrico e topologia das comunidades atingidas. Este exercício de reflexão revela a existência de duas racionalidades em confronto: de um lado, o destino do território está vinculado aos grupos locais que o vêem como uma espécie de “patrimônio”, ou seja, como lugar de reprodução social das famílias. Em contraste, a disseminação de projetos hidrelétricos no Vale do Jequitinhonha está fundamentada sobre a concepção do território como mercadoria. Nesta visão, o espaço, seus recursos e seus habitantes são reduzidos à condição de palco para investimentos lucrativos. A diversidade e a complexidade das formas de organização social no local são transformadas em um mero somatório de propriedades e imóveis passíveis de indenização ou relocação.

# **Capítulo I: A Construção de Barragens Hidrelétricas na Perspectiva das Ciências Sociais**

## **1.1 Diferentes Abordagens do Problema:**

Se, conforme argumenta Bourdieu (2002), as questões colocadas pelas ciências sociais são problemas essencialmente construídos a partir da importante conversão dos objetos empíricos em objetos teóricos, a implantação de barragens hidrelétricas, enquanto problema sociológico, revela inúmeras possibilidades de pesquisa. Nesse sentido, o tema se apresenta através de uma pluralidade de abordagens encontradas sob a forma de uma bibliografia diversa e dispersa em periódicos e livros. As análises se concentram, sobretudo, nos impactos sociais resultantes dos projetos hidrelétricos. Nesta linha, destacam-se trabalhos diversos que tematizam desde os efeitos negativos produzidos pela política de gestão da força de trabalho, submetida a regimes instáveis e irregulares coordenados pelas empreiteiras (TUDE DE SOUZA, 1990) até os processos de desterritorialização de minorias étnicas (DOS SANTOS & NACKE, 1988; DOS SANTOS, 2001). Encontramos também estudos que se debruçam sobre problemas fundiários e o processo de expropriação do campesinato em áreas afetadas pela inserção dos projetos hidrelétricos (DUQUÉ, 1984; GUNN, 1989; RIBEIRO, 1993), além de análises sobre o processo de re-estruturação da vida social nos locais de reassentamento (REBOUÇAS, 2000). Há ainda trabalhos que estão indiretamente relacionados ao tema e que têm como objeto de reflexão a política ambiental e seus instrumentos institucionalizados, como o licenciamento (CARNEIRO, 2003; STARLING, 2001). Na tentativa de resgatar e rever a literatura produzida, agrupamos os trabalhos nos conjuntos temáticos seguintes:

### **a) Efeitos sociais dos grandes projetos:**

Esta abordagem dedica-se à análise dos processos de mudança social desencadeados nas populações locais atingidas. Em geral, esta perspectiva privilegia os impactos provocados pelas experiências de deslocamento compulsório e reassentamento das famílias. Nesta linha, é possível identificar trabalhos centrados nos problemas fundiários resultantes dos

projetos (DUQUÉ, 1984; GUNN, 1989) até abordagens mais abrangentes que analisam a própria reação ou resistência política das populações atingidas como parte do elenco de efeitos desencadeados pela ação interventora do Estado (SIGAUD et al 1987; SIGAUD, 1988; BLOEMER, 2001). Na primeira vertente, Duqué (1984) descreve o processo de expropriação a que foram submetidos os “pequenos produtores” da região onde fora instalada a barragem de Sobradinho. Neste caso, a expropriação se dava tanto por via da exclusão dos produtores que não se enquadravam no conceito jurídico da propriedade privada, quanto pela ineficiência da política de indenizações no contexto de um mercado regional de terras altamente inflacionado (DUQUÉ, 1984). Na segunda vertente, a abordagem dos “efeitos sociais de grandes projetos” ressalta que os impactos não são produtos exclusivos da ação do agente interventor, mas dependem das estruturas e condições sociais preexistentes aos projetos. É nesse sentido que Sigaud (1988) analisa comparativamente os casos de Sobradinho e Machadinho, a fim de qualificar os aspectos que influenciaram as reações distintas da “população camponesa” e os resultados diversos obtidos em cada projeto. A pesquisa realizada pela autora aponta para a impossibilidade de generalizar impactos, os efeitos provocados pela implantação de grandes projetos são resultantes não só do poder agenciador do Estado, mas refletem também determinações estruturais e políticas advindas da conjuntura histórica mais ampla, bem como do contexto social específico em que tais projetos são inseridos.

Para além dessas abordagens mais críticas é possível identificar também perspectivas que avaliam a questão do “impacto ambiental” como fator a ser eficientemente gerenciado pelo Setor Elétrico (PIMENTEL FILHO, 1988). Esta última vertente, contudo, não coloca em questão o modelo ou projeto social inerente às obras. Sob o prisma da compatibilização entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, esta perspectiva aposta em soluções institucionais para “administrar” os impactos, promovendo a “remoção das resistências” e a resolução das “contradições” que permeiam a implantação de projetos hidrelétricos (PIMENTEL FILHO, 1988).

b) Análise das estruturas e procedimentos institucionalizados:

Neste conjunto agrupamos trabalhos que privilegiam os caminhos institucionais que levam à construção das decisões políticas e à constituição de espaços envolvidos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. Nessa linha recorreremos ao trabalho de Pimentel & Lima (1991) sobre a inclusão da questão ambiental na pauta do Setor Elétrico e às análises de Starling (2001) e Carneiro (2003) sobre a política ambiental no estado de Minas Gerais, especificamente no que tange ao instrumento do licenciamento ambiental.

Pimentel & Lima (1991) ressaltam a necessidade de incorporação da “questão ambiental” como variável estratégica para a elaboração dos planos de expansão do Setor Elétrico. Segundo os autores, a política anterior do setor resultou numa série de “desencontros” e “impasses” que impediram o tratamento adequado dos problemas resultantes dos impactos ambientais nos empreendimentos hidrelétricos. Nessa medida, caberia ao setor desenvolver instrumentos que possibilitem a identificação e o tratamento dos conflitos, conforme revelam os autores:

A expansão do setor elétrico é fonte natural de conflito; não há como eliminá-lo do processo, evitá-lo, ou mesmo deixá-lo submerso. **Caso os conflitos sejam identificados e tratados adequadamente, tanto do ponto de vista político quanto do metodológico, serão encontradas alternativas que permitirão sair de um certo impasse** em que se encontra o setor elétrico (PIMENTEL & LIMA, 1991, p.51 – Grifos acrescidos).

O êxito das políticas do Setor Elétrico dependeria, então, da sua capacidade de gerenciar a problemática ambiental através da mediação, negociação e administração dos conflitos. O objetivo é articular e produzir consensos, sob a forma de “soluções legitimadas” (PIMENTEL & LIMA, 1991, p.51).

Pautada por um referencial semelhante, Starling (2001) examina a constituição dos espaços institucionais relacionados à política ambiental no estado de Minas Gerais. Segundo a autora, o tratamento da “questão ambiental” seria marcado pela oposição entre interesses difusos e/ou coletivos e os interesses de caráter privado. Caberia, então, aos conselhos de

política ambiental a função mediadora necessária para a gestão dos conflitos inerentes ao debate ambiental. É sob esta perspectiva que Starling (2001) analisa o Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) como um “lugar de negociação”, espaço para a produção de pactos entre governo, empresas e sociedade. Para a autora, a própria composição colegiada do órgão teria possibilitado uma progressiva “despolarização” das diferenças acentuadas, levando à construção de consensos. Conforme destaca a autora: “... a dinâmica deliberativa estabelecida **diminui as possibilidades de vinculação das finalidades públicas e coletivas da gestão ambiental para o atendimento a interesses específicos**” (STARLING, 2001, p. 135 – Grifos acrescidos).

Mas, se os trabalhos de Pimentel & Lima (1991) e Starling (2001) apostam na capacidade de organização das instituições para a produção do consenso e resolução do conflito, Carneiro (2003), examina, sob uma outra perspectiva, a dinâmica operativa do COPAM. Segundo Carneiro (2003; 2005), o aparente consenso que caracteriza as decisões orquestradas no COPAM resulta de um longo processo de *oligarquização* do setor em que os atores e visões divergentes da *doxa* foram sucessivamente excluídos do espaço deliberativo.

c) Trabalhos que analisam os movimentos sociais que emergem dos conflitos localizados:

No terceiro conjunto, agrupamos uma série de trabalhos que examinam os movimentos sociais institucionalizados, as ações de resistência e mobilizações advindas dos conflitos interpostos pela implantação de projetos hidrelétricos. Nesta linha encontramos diversos caminhos teóricos a serem seguidos de forma que é possível identificar autores que analisam o movimento de atingidos enquanto movimento camponês (SCHERER-WARREN & REIS, 1989; SCHERER-WARREN, REIS & BLOEMER, 1990; SCHERER-WARREN, 1992; RIBEIRO, 1993) e outros que buscam suas interfaces com o movimento ecológico (VAINER, 1993b e VIANNA, 1990).

Em diálogo com estes trabalhos, o desafio que propomos aqui é pensar a mobilização das “comunidades” locais não em termos de um “movimento social”, mas enquanto esforço coletivo de afirmação de um determinado sentido atribuído ao território. A proposta é

pensar a mobilização em termos de territorialização. Em consonância com este objetivo, se destacam abordagens que procuram investigar a construção de barragens hidrelétricas como uma manifestação particular do *campo ambiental*, onde se travam lutas históricas em torno da construção e afirmação de formas legítimas de apropriação material e simbólica da natureza. (ZHOURI et al, 2005; ACSERALD, 1997).

## **1.2 Energia e Sociedade: a constituição de um campo de conflitos**

A celebração do conceito de “desenvolvimento sustentável” enquanto ideal de compatibilização entre crescimento econômico e preservação ambiental foi acompanhada por um processo de despolitização dos debates em torno da questão ambiental (ZHOURI et al, 2005). Tal processo de esvaziamento do caráter político dos conflitos ambientais se manifesta no próprio planejamento energético do país. Na visão hegemônica, a produção da hidroeletricidade é encarada a partir de seus aspectos técnicos, econômicos e financeiros, obscurecendo a relação entre geração de energia e produção da *injustiça ambiental* (ACSERALD, 2004c; SCHERER-WARREN, REIS & BLOEMER, 1990).

Contudo, mais do que grandes obras de engenharia, as barragens geradoras de hidroeletricidade surpreendem não apenas pelo volume de capital mobilizado, mas também pelos expressivos impactos socioambientais decorrentes dos projetos: deslocamento compulsório das populações locais (BLOEMER, 2001); perda de grandes extensões de terras produtivas (SIGAUD, 1987); interrupção das atividades econômicas vigentes no local; supressão da vegetação nativa; alteração em todo ambiente aquático, além dos impactos sobre a saúde humana, a disseminação de vetores transmissores de doenças e a deterioração da qualidade da água (NAJAR, 1990; COSTA, 1991; COUTO, 1999).

Vista como um fenômeno sócio-político, a construção de usinas hidrelétricas coloca em pauta as *formas sociais* de intervenção no espaço (ACSERALD, 2004a); a distribuição dos recursos naturais; a divisão dos custos e benefícios decorrentes das obras e as distintas visões e significados articulados pelas diferentes *formas técnicas* que disputam poder e legitimidade na apropriação do território (ACSERALD, 2004a). Assim, é somente a partir



das mobilizações locais e dos movimentos organizados pelas populações “atingidas” que se evidencia a natureza essencialmente política das ações do Setor Elétrico. Através das estratégias e questionamentos colocados pelas populações atingidas, a barragem deixa de ser um projeto meramente técnico para se evidenciar enquanto projeto político.

É nesse sentido que a presente leitura sobre a produção de hidroeletricidade no país tem como ponto de partida a noção de “conflitos ambientais”. Esta perspectiva tem o mérito de destacar dois aspectos importantes do problema. Primeiramente, a noção de *conflito* revela que a interação entre as populações atingidas e o Setor Elétrico não se apresenta como processo de negociação, livre comunicação e construção de consensos, ao contrário, trata-se do embate entre segmentos sociais que articulam interesses, posicionamentos e visões opostas no interior de um espaço social assimetricamente estruturado (BOURDIEU, 1990b). Em segundo lugar, a associação com o adjetivo “ambiental” exige outro exercício de reflexão, qual seja, interrogar o próprio sentido de “meio ambiente” institucionalizado nas práticas de licenciamento e nas ações do Setor Elétrico, afastando, assim, a idéia de que há representações indiferenciadas do espaço e seus recursos (ACSERALD, 1997).

Assim, em contraste com abordagens de Starling (2001) e Pimentel & Lima (1992) optamos por autores que interrogam a própria concepção do meio ambiente como “bem público” vinculado a interesses difusos e coletivos (FUKS, 2001; ACSERALD, 1997; ZHOURI et al, 2005). Afinal, conforme demonstra Fuks (2001), é a própria formulação jurídica da “questão ambiental” que se esforça para construir um aparente consenso fundado na afirmação do significado de meio ambiente enquanto bem universal descolado das práticas, interesses e sentidos parcelares.

A multiplicidade de sentidos que a questão ambiental é capaz de adquirir impede, mais uma vez que o meio ambiente se constitua em um bem cujo atributo essencial seja a universalidade. Ao cristalizar-se no âmbito da dinâmica social [...] o meio ambiente como lugar de conflito é recodificado por meio do sentido que ele passa a representar para diferentes atores. Isto é, o meio ambiente como um bem universal e uniforme não existe no campo das relações sociais. Nem tampouco existe um sujeito universal preocupado com a proteção ambiental (FUKS, 2001, p.97).

Desse modo, procuramos destacar que os conflitos em torno à construção de empreendimentos hidrelétricos revelam diversos significados em disputa. Em diversas regiões do país afetadas por barragens hidrelétricas emergem lutas localizadas, nas quais identificamos questões que ultrapassam o problema imediato da hidrelétrica. Na oposição de discursos apresentados pelo Setor Elétrico e pelas populações atingidas é forjada uma luta econômica, política e simbólica na qual se opõem projetos sociais distintos de apropriação do território.

Na medida em que o sentido do “ambiental” proclamado pelo Estado e pelo Setor Elétrico é confrontado com outros modos de significação que apontam para formas distintas de se pensar a sociedade e sua relação com a natureza, revela-se o caráter arbitrário daquilo que é tomado como oficial e que fora antes consolidado na esfera do não-pensável. O licenciamento ambiental enquanto instrumento que confere legitimidade e poder a uma das visões conflitantes se transforma, assim, num verdadeiro *campo de lutas* (ZHOURI, 2004).

Tendo em vista a pluralidade de atores envolvidos e a disseminação de discursos que têm em comum a referência à questão ambiental, uma abordagem possível do licenciamento seria vê-lo como uma arena pública de comunicação, isto é, como um espaço de acomodação de interesses e de dissolução de conflitos (STARLING, 2001). Desse modo, uma aparente convergência de discursos apoiados nas noções difundidas e compartilhadas de “participação”, “cidadania” e “desenvolvimento sustentável” poderia ser tomada como uma evidência da “adesão cooperativa” entre setores diversos da sociedade civil e do Estado (VIOLA & LEIS, 1996). Nesta perspectiva analítica, caberia apontar a existência de um movimento ambientalista global cujos valores e propostas vão se disseminando gradativamente pelas estruturas governamentais, ONG’s, grupos comunitários, entidades científicas e segmentos do empresariado (VIOLA & LEIS, 1996). Por esta via, o ambientalismo, antes, movimento restrito de grupos inicialmente provenientes das camadas médias urbanas e de nações ‘desenvolvidas’ torna-se, progressivamente, tema de preocupação pública de diversas nações e segmentos sociais, conformando o que os autores denominam de “ambientalismo multissetorial” (VIOLA & LEIS, 1996, p.101).

Nesse sentido, a própria composição colegiada do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) com representação paritária para sociedade civil, Estado e setor produtivo, poderia ser tomada como ícone dessa interpretação que aposta no “ambientalismo multissetorial” e na proposta de “desenvolvimento sustentável” como vetores que levam à convergência das relações entre sociedade civil e Estado (VIOLA & LEIS, 1996).

Contudo, ao contrário do que expõe a abordagem acima, o licenciamento evidencia através da resistência e das mobilizações das populações locais, ações que interrogam o Estado enquanto agente diretor do planejamento territorial legítimo. Nessa medida, o que se evidencia é um quadro de conflitos onde os agentes envolvidos ocupam posições assimétricas. Nessa estrutura, opera uma distribuição diferencial de poder, de forma que os segmentos sociais em disputa têm suas visões, valores e discursos conformados pelo lugar social a partir do qual são proferidos. Desse modo, propomos a análise do processo de licenciamento ambiental enquanto *campo* de conflitos (BOURDIEU, 1990a). Com esta opção seguimos a perspectiva dos trabalhos de Acserald (2004a); Zhouiri, Laschefski e Paiva (2005); Carneiro (2003; 2005), autores que analisam os “conflitos ambientais” sob a ótica do conceito de campo proposto por Bourdieu (1990a).

Enquanto *campo* (BOURDIEU, 1983; 1990a), o licenciamento ambiental estrutura as relações entre os segmentos sociais em disputa, definindo-lhes o lugar e as possibilidades de ação. É a distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico que localiza os agentes no campo, oferecendo-lhes poderes distintos para enunciar e fazer valer seus *projetos políticos*<sup>5</sup>. Isso se torna claro, sobretudo, quando analisamos o peso relativo das reivindicações de cada segmento social na decisão final sobre a concessão da licença.

O *campo ambiental* apresenta, então, caráter particular, tendo em vista seu objeto de disputa, qual seja, a luta entre diferentes modos de construir o sentido e o destino dos territórios. Trata-se do embate entre projetos distintos que procuram o reconhecimento e a

---

<sup>5</sup> A noção de “projetos políticos” é aqui colocada nos termos em que a definiu Dagnino (2004). “... os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que oritem a ação política dos diferentes sujeitos”.

legitimidade social, qualidades que podem fazê-los ultrapassar as margens do conhecimento e da abstração, tornando-se, assim, práticas efetivas de intervenção no espaço. Assim, os conflitos dos quais tratamos se desenvolvem essencialmente em torno da *apropriação social* da natureza, confronto que se manifesta na luta pelo direito de construir *representações legítimas e reconhecidas* (BOURDIEU, 2002).

[...] as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência, as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítimo... (BOURDIEU, 1990b, p. 162).

Neste campo está inserida uma pluralidade de segmentos sociais, não apenas pertencentes à estrutura deliberativa, mas agentes diversos que lutam para verem contemplados seus discursos e demandas nas decisões políticas orquestradas pelas câmaras do COPAM. Assim, paralelos à estrutura decisória, organizam-se movimentos das famílias e comunidades atingidas pelas experiências de deslocamento compulsório, pela exposição aos riscos ambientais dos empreendimentos e pela interrupção de seu acesso a determinados recursos naturais. Exemplos de destaque, neste caso, são: o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)<sup>6</sup> além das inúmeras associações e mobilizações locais resistentes à construção dos empreendimentos.

A partir dessa imagem do licenciamento o que observamos é a representação de um espaço social duplamente estruturado, pois a distribuição dos capitais localiza e dispõe os agentes no campo, ao passo que o licenciamento, enquanto instrumento juridificador, produz uma leitura dessa disposição, sobrepondo a ela um conjunto de normas que terminam por definir a qualidade e o peso dos projetos em disputa. Desse modo, a própria instituição do licenciamento, que incorpora o tema da implantação de grandes projetos de desenvolvimento à agenda ambiental, modifica as condições sociais de apropriação do território (ACSERALD, 1997). Como instrumento juridificador, o licenciamento confere

---

<sup>6</sup> Movimento de caráter nacional organizado a partir de 1989 após a constituição de movimentos ou comissões regionais, por exemplo: a Comissão Regional de Atingidos por Barragens do Alto Uruguai (CRAB) criada em 1979; o Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco também organizado em 1979; o Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí constituído em 1981. Ver Vainer (2004).

legitimidade social e política a determinadas formas de significação e uso social da natureza.

Enquanto instrumento de controle inaugurado pela nova política ambiental<sup>7</sup>, o licenciamento fora implementado no interior do discurso do “desenvolvimento sustentável” com expectativas de corrigir os erros de uma apropriação descontrolada e autoritária vigente nos anos de regime militar. Todavia, o que se vê é o interesse pela readequação dos mecanismos decisórios sem que sejam colocadas em pauta as orientações políticas e culturais que dirigem a visão que o próprio Estado constrói sobre os processos sociais de apropriação do meio ambiente. Como aponta Sigaud (1989), o novo enquadramento legal da questão através do licenciamento e da avaliação de impacto ambiental não contribuiu para resolver os problemas sociais e ambientais derivados da política energética nacional. Muito aquém de uma avaliação da viabilidade socioambiental de um empreendimento, o licenciamento opera nos quadros atuais, como uma espécie de avalista (ZHOURI et al, 2005); o que significa que se o empreendimento possui as licenças requeridas, ele é automaticamente viável e como que imediatamente “sustentável”. No caso das hidrelétricas, intervêm nos espaços decisórios, as concepções difundidas de que a hidroeletricidade constitui uma fonte de energia limpa, barata e renovável (ZHOURI, 2003).

É a partir dessa perspectiva que a presente monografia propõe uma leitura sócio-antropológica do confronto estabelecido entre as populações locais e o Setor Elétrico, tendo em vista a análise particular do licenciamento da UHE Murta. De acordo com esta proposta, cumpre investigar os processos sociais gestados no interior desse *campo*, quais sejam, a mobilização política da população local atingida, a construção de novas identidades e a produção de novas territorializações (ou reterritorializações).

---

<sup>7</sup> Trata-se da política ambiental formalmente institucionalizada através da Lei 6938 de 31 de agosto de 1981 que implementa nichos e funções específicas na aparelho de Estado.

### 1.3 O Território em Disputa

A luta pela apropriação social da natureza, contudo, não consiste na disputa por espaço meramente físico, expressão de uma matéria inerte, livre de qualquer sentido. O conflito se estabelece em torno de espaços preenchidos por diferentes significações culturais, ou seja, em torno de *territórios* (RAFFESTIN, 1993). Destacamos, a partir dessa abordagem que, espaço e território não são termos equivalentes, conforme propõe Raffestin:

Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação) o ator territorializa o espaço [...] Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites do conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

Para Santos (1999) utilizar o conceito de “território” implica em pensar um “território usado”, ou seja, considerado enquanto produto social e histórico. Segundo o autor, esta premissa permitiria escapar da proposta marxiana que aposta na existência de uma “natureza” una, exterior à ação e ao pensamento humanos. Enfim, uma natureza marcada pela neutralidade, desprovida de valor ou conteúdo e somente significativa quando transformada pelo trabalho e pelo circuito econômico que conferem não só um valor de uso, mas também um valor de troca. É nesse sentido que a crítica de Santos (1999) à perspectiva marxiana ressalta:

Será que existe realmente essa dialética sociedade-natureza? Eu creio que não. A dialética se realiza a partir da natureza valorada pela sociedade; e é aí que começa a dialética. A sociedade não atua sobre a natureza em si (SANTOS, 1999, p. 18).

Nessa medida, o emprego do conceito de território pretende enfatizar que o objeto de nossa análise exige investigar menos a relação sociedade-natureza, esta pensada como uma apropriação de um sujeito exterior sobre uma parcela de matéria transformada em capital, e mais a relação sociedade-sociedade, interrogando especificamente os conflitos decorrentes da produção de sentidos sociais. Com efeito, adotamos a perspectiva proposta por Acserald (1997) que ressalta:

Desmaterializar o meio ambiente, não restringindo a sua problemática à da relação entre sujeito (interior) e objeto (exterior), mas à relação de sujeitos entre si e de culturas entre si quando estes sujeitos/culturas postam-se como algo externo a outros sujeitos e culturas (ACSERLALD, 1997, p.1911).

No entanto, a circulação desta pluralidade de sentidos culturais não pode ser desvinculada de uma análise que contemple as noções de “espaço ambiental” e de “justiça ambiental” (MARTINEZ-ALLIER, 1999). A princípio estes conceitos poderiam ser descartados porque evocariam uma tentativa de mensurar quantitativamente o consumo do espaço e seus recursos tomando como referência o montante de matéria prima exigida nos processos produtivos bem como o consumo do espaço e dos processos naturais a partir da emissão de efluentes. Se tomarmos estes conceitos a partir desse ponto de vista, parece estar em questão a apropriação de um espaço e de uma natureza que representam objetivamente o mesmo conjunto de matéria a ser consumida por diferentes segmentos sociais. Contudo, conforme ressaltamos, o pretendemos abordar é exatamente o contraste em projetos sociais distintos, o que inclui um confronto entre diferentes sentidos culturais vinculados ao território. Esta disputa simbólica, no entanto, não se desvincula do quadro de conflitos dado pela apropriação desigual do espaço, pelo contraste entre diferentes modelos produtivos e projetos políticos. Ao contrário, alguns significados só emergem no plano do discurso quando estão incluídos num contexto de conflito e de disputa onde posições e agentes coletivos se opõem e adquirem evidência.

Desse modo, o exame dos significados atribuídos ao território não deve deixar de contemplar o quadro social mais abrangente em que tais sentidos emergem e adquirem um sentido político. E esse quadro social é justamente um contexto de produção de *injustiças ambientais* dadas pela apropriação desigual do espaço e seus recursos.

Por outro lado, a proposta não se resume à incorporação acrítica da idéia “espaço ambiental”. Ao contrário, a análise que desenvolvemos pretende desvincular a noção de

“espaço ambiental” de uma abordagem meramente quantitativa<sup>8</sup>. Frequentemente, a mensuração dos fluxos materiais se mostra insuficiente para a compreensão do problema, o qual nos remete a conflitos em torno de direitos territoriais e significados culturais distintos. Dessa forma, a associação do conceito de território às noções de “espaço ambiental” e “justiça ambiental” impõe certo deslocamento no sentido original dessas últimas<sup>9</sup>.

Em suma, pensar o “território usado” como queria Santos (1999), implica não só atentar para os diferentes processos culturais de significação do espaço, bem como entendê-los como parte das disputas sociais mais abrangentes onde se contrastam projetos de reprodução e transformação social.

[...] é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto [...] como um campo de forças, como um lugar do exercício de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos (SANTOS, 1999, p. 19).

Todavia, discutir a questão da territorialidade na contemporaneidade implica analisar também o papel dos Estados-Nação. Estes, desde o momento de sua constituição, têm no conceito de soberania territorial sua base política e jurídica (APPADURAI, 1997). Contudo, tal sistema, hoje, se encontra em crise. A coerência e o isomorfismo entre território, cultura e povo são ameaçados pelos fluxos e disjunções econômicos, políticos e culturais. Conforme indica Appadurai (1990), a idéia de nação está em concorrência com outras formas de se imaginar pertencimentos e identidades. Muitas vezes a nação e, sobretudo, o Estado-Nação choca-se com estas novas “lealdades”. A nova condição global com seus fluxos e panoramas disjuntivos favorece a “emergência da alteridade” e a “produção globalizada da localidade” (APPADURAI, 1997). O “capitalismo desorganizado” que caracteriza a economia na contemporaneidade faz surgir processos de desterritorialização e reterritorialização.

---

<sup>8</sup> Pode-se mensurar este espaço, considerando os níveis de energia, solos, água, madeira e recursos não-renováveis consumidos por determinado país ou segmento social comparativamente (Pádua, 2000).

<sup>9</sup> Segundo Acserald (1997) o conceito de espaço ambiental está vinculado a uma matriz malthusiana de pensamento, vinculando a problemática ecológica ao problema da escassez e à idéia de “capacidade suporte” da ecoesfera. O fato é que esta “escassez” previsível não é objetiva e neutra, pois está sempre referida a certos fins sociais e, portanto, a definições culturais particulares.



No exemplo que procuramos analisar, a implantação de barragens hidrelétricas e, especificamente a UHE Murta leva ao confronto tentativas de desterritorialização promovidas pelo Estado nacional, sob a forma de frentes de expansão, e os processos de (re)territorialização levados a cabo pelos grupos locais os quais constroem novos discursos e identidades para o reconhecimento de seus direitos territoriais. É nesse sentido que a experiência de territorialização das comunidades atingidas pela UHE Murta se apresenta como um processo de “reorganização social” - donde emergem novas esferas de pertencimento e *unidades de mobilização* - e de “reelaboração cultural” - marcado pela afirmação de novos sentidos culturais (OLIVEIRA, 1999). É nestes termos que o objeto demarcado pelo Setor Elétrico como “atingido” se mobiliza e se organiza na forma de um sujeito coletivo e político, inaugurando um *processo de territorialização*, tal como definiu Oliveira:

O que estou chamando aqui de processo de territorialização é precisamente **o movimento pelo qual um objeto político-administrativo [...] vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando suas formas culturais** (inclusive as que se relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) (OLIVEIRA, 1999, p.21-22 – Grifos acrescidos).

As dinâmicas sociais e culturais desencadeadas a partir das frentes de expansão produzem novos significados para os territórios e os grupos que os habitam. Os grupos locais, colocados sobre a possibilidade de usurpação de suas terras a partir da implantação de projetos industriais, fazem emergir discursos de valorização de seu território, de composição de sua identidade, de resgate e recriação de sua memória coletiva. No caso da hidrelétrica de Murta, durante esse confronto, o próprio sentido de “atingido” é mobilizado e atualizado, representando uma esfera coletiva de existência através do esforço conjunto de defesa, uso, ocupação, manutenção e identificação com o seu território (LITTLE, 2002). A territorialidade torna-se, então, dimensão importante na constituição da própria coletividade. Mas estes sentidos locais se chocam com a visão antagônica apresentada pelo Estado e pelo Setor Elétrico, conforme sugeriu Appadurai:

A produção da localidade, como uma **dimensão da vida social, uma estrutura de sentimentos e em sua expressão material de vivência da co-presença** [...] desafia a ordem e a ordenação do Estado-Nação (APPADURAI, 1997, p.34).

O desafio se coloca para o Estado, na medida em que os grupos locais impõem outros significados ao território que não aqueles expressos pelas frentes de expansão e pelos projetos industriais. Para as “comunidades” atingidas pela barragem de Murta o território é sinônimo de um espaço relacional, de interconhecimento e esteio da sua identidade.

Partindo dessa abordagem teórica, cumpre agora apresentar ao leitor uma breve caracterização das comunidades atingidas pela UHE Murta, preparando o terreno para uma análise do contraste entre as formas locais de organização, uso e significação do espaço em relação à visão articulada pelo Setor Elétrico. Este contraste se torna mais evidente à medida que empreendemos o esforço de conhecer o modo local de se relacionar com a terra. Modo cujas características escapam às análises da avaliação de impacto ambiental, aos programas de medidas mitigadoras e compensatórias e às decisões políticas orquestradas nas câmaras do Conselho de Política Ambiental do estado (COPAM). É com o objetivo de compreender as especificidades destas formas locais que introduzimos a seguir uma breve caracterização das comunidades rurais atingidas pelo projeto UHE Murta.

## Capítulo II: Entre Grotas e Chapadas – observações etnográficas junto às comunidades rurais do Médio Jequitinhonha

A bacia do rio Jequitinhonha compreende a parte do nordeste do estado de Minas Gerais e uma pequena porção do sudeste da Bahia, apresentando, em sua totalidade, uma área de 70.315 km<sup>2</sup>. A bacia abrange sessenta e três municípios e mais de dois terços da população residem na zona rural<sup>10</sup>. No mapa abaixo, apontamos a localização da mesorregião em relação ao território mineiro.



Fonte: Arabe, 1998.

A área geográfica da pesquisa é a sub-bacia do Médio Jequitinhonha, sobretudo, os municípios de Virgem da Lapa e Coronel Murta assinalados no mapa a seguir.

<sup>10</sup> Informações retiradas do sítio <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> em 15/10/2005. Tópico: “Estudos Ambientais – Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jequitinhonha”.



# BACIA DO RIO JEQUITINHONHA

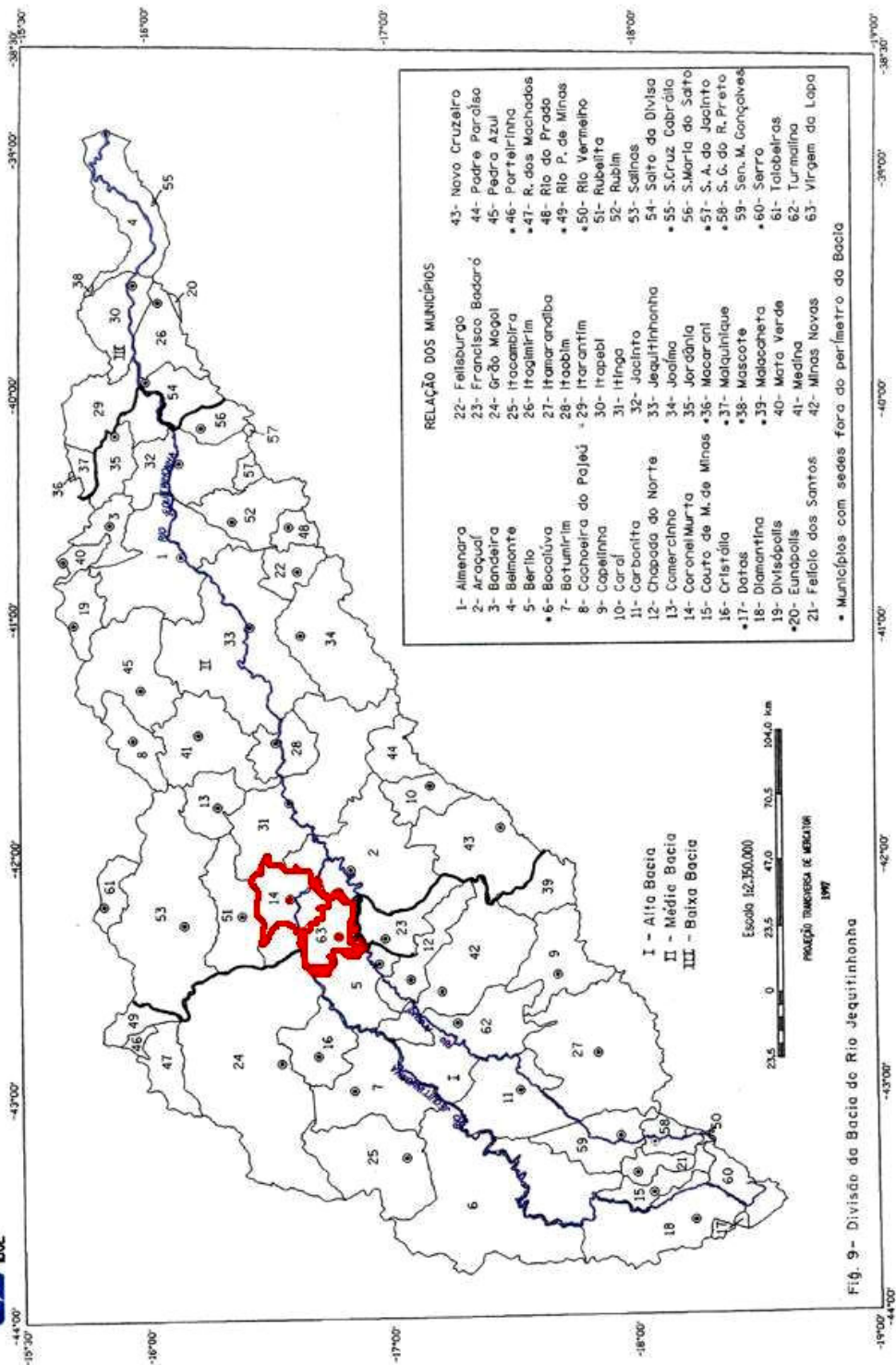
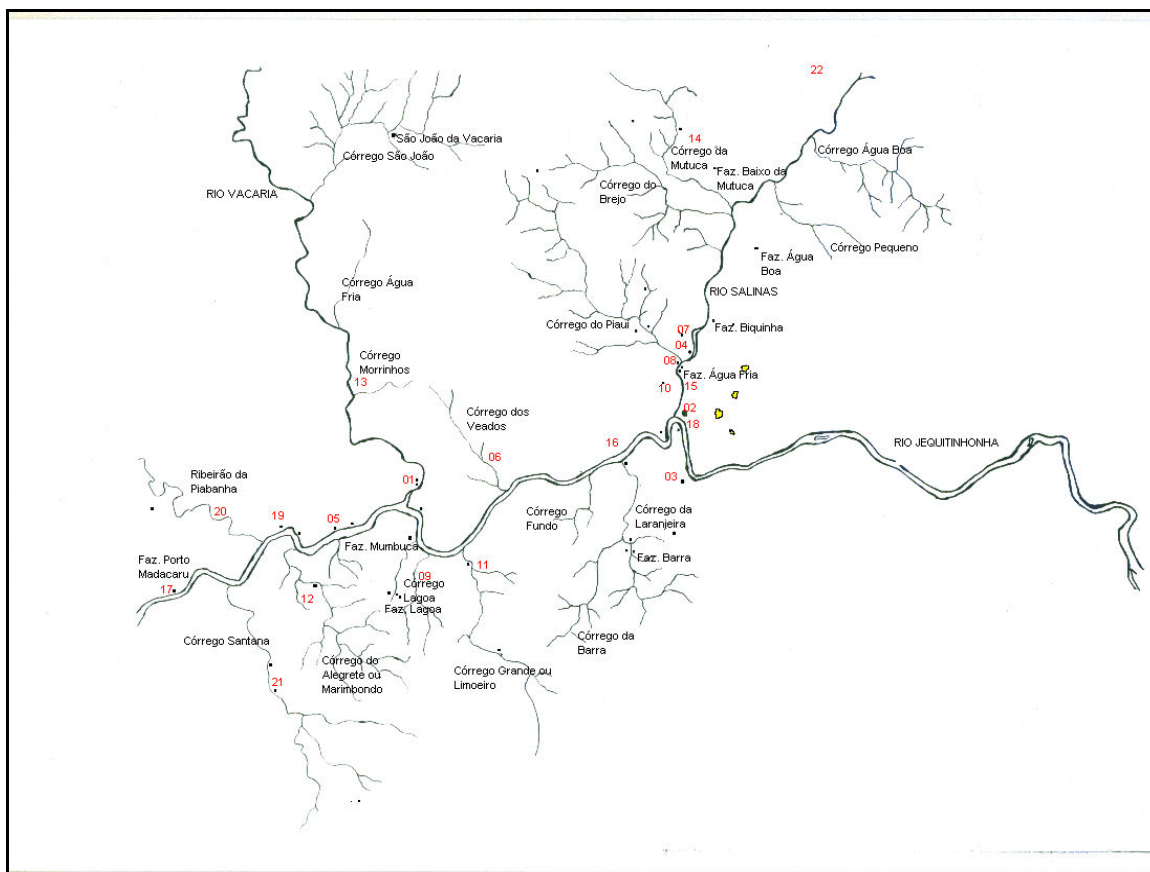


Fig. 9- Divisão da Bacia do Rio Jequitinhonha

O universo social examinado compreende vinte e duas comunidades rurais residentes nas margens dos rios Jequitinhonha, Salinas e Vacaria, conforme apresenta a figura abaixo:



Fonte: Elaborado pelo autor (Arquivo GESTA).

- |                            |                           |
|----------------------------|---------------------------|
| 01. Araçá;                 | 12. Marimbondo;           |
| 02. Barra do Salinas;      | 13. Morrinhos;            |
| 03. Canjuão;               | 14. Mutuca de Cima;       |
| 04. Córrego do Piauí;      | 15. Pachecos;             |
| 05. Córrego dos Paulistas; | 16. Pianos;               |
| 06. Córrego dos Veados;    | 17. Porto Mandacaru;      |
| 07. Justinos;              | 18. Prechedes;            |
| 08. Lagoa;                 | 19. Retiro;               |
| 09. Lagoinha;              | 20. Ribeirão da Piabanha; |
| 10. Lavrinha;              | 21. Santana;              |
| 11. Limoeiro;              | 22. Sete Canais           |

Destaca-se o fato de que a maior parte dos estabelecimentos rurais existentes nos municípios atingidos pelo empreendimento apresenta extensões pequenas, havendo poucas fazendas constituídas por grandes porções de terra, conforme demonstra o quadro abaixo<sup>11</sup>.

Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), em 31/12/1995							
Municípios	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
Coronel Murta	102 (17,24%)	355 (56,52%)	79 (12,57%)	69 (10,98%)	23 (3,66%)	-	-
Virgem da Lapa	630 (47,40%)	590 (44,39%)	63 (4,74%)	31 (2,33%)	14 (1,05%)	1 (0,07%)	-
Berilo	961 (56,26%)	706 (41,33%)	25 (1,46%)	15 (0,87%)	-	1 (0,05%)	-
Grão Mogol	379 (27,11%)	781 (55,86%)	101 (7,22%)	71 (5,07%)	33 (2,36%)	13 (0,92%)	20 (1,43%)

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

Porcentagens calculadas de modo aproximado

Estas comunidades apresentam um sistema particular de uso e posse da terra. As famílias se dedicam à agricultura familiar complementada pela renda auferida com o garimpo artesanal, com a migração sazonal e o trabalho como “camarada”<sup>12</sup>. Nos casos que analisamos, os moradores distinguem, através de seu “saber local”, quatro espaços diferenciados: a chapada, o tabuleiro, a baixa e a vazante. Cada um desses espaços dispõe de recursos e potencialidades distintas aproveitadas para o desenvolvimento de atividades diversas que os transformam em roças, hortas e “mangas”.

Há, portanto, uma classificação do ambiente que organiza e fundamenta o trabalho das famílias. Os critérios para essa classificação estão relacionados à inclinação do terreno e à sua proximidade do rio.

<sup>11</sup> O município de Josenópolis está ausente do quadro porque os dados foram retirados do censo agropecuário de 1995 e o município foi criado em 1995.

<sup>12</sup> Termo local que designa o trabalhador pago a dia ou por empreitada. As comunidades distinguem dois tipos de “camarada”: o camarada “livre” que além do pagamento diário recebe também a “despesa”, ou seja, a alimentação necessária e o camarada “cativo” o qual deve levar sua própria “despesa” para o local de trabalho.



- **Vazante:** área localizada nas margens dos principais rios (Jequitinhonha, Salinas e Vacaria) sujeita às inundações sazonais. Nestes terrenos são feitas as “hortas” com o cultivo de hortaliças e verduras. São consideradas “hortaliças” produtos como alface, repolho, alho, cebola e outros. Já as verduras compreendem cultivos de quiabo, tomate, batata, cenoura, abóbora e etc.



Cultivo em área de vazante – Foto: Arquivo GESTA, maio de 2004.

- **Baixa:** área plana que tem como qualidade o fato de conservar melhor a umidade da chuva. A baixa pode estar localizada em terrenos mais altos distantes do rio ou podem ocorrer próximas ao rio, neste caso são chamadas “tabuleiros”. Nas baixas são cultivadas as roças.
- **Tabuleiros:** áreas planas localizadas a mais ou menos cinco metros das margens dos principais rios. Nos tabuleiros são feitas as roças, nas quais são cultivados os “mantimentos”, ou seja, o milho e o feijão e, eventualmente, o arroz. Na roça além dos

mantimentos pode-se plantar também produtos como o amendoim, a abóbora, o quiabo, o maxixe e outros.



Cultivo consorciado de milho e feijão nos tabuleiros – Foto: Arquivo GESTA, maio de 2004.

- **Chapada:** áreas planas e de altitude mais elevada. São terrenos arenosos, atualmente ocupados pelas monoculturas de eucalipto (na região, existem fazendas pertencentes à Suzano e à Plantar). Segundo os moradores, as áreas de chapada não são propícias para o cultivo, pois não conservam a umidade. A água proveniente das chuvas escorre para os “capões” (pé da chapada) onde são encontrados os “minadouros” i.e. as nascentes.

Estes ambientes diversos mobilizam trabalhos diferentes em épocas distintas do ano. A *roça* feita nas baixas e nos tabuleiros exige que os produtos sejam plantados no “tempo das águas” (período chuvoso – variavelmente de novembro a março). Em contraste, as *hortas* que dependem das áreas de vazante somente produzem durante a estiagem (maio a setembro), quando o rio tem seu volume de água reduzido, possibilitando o aproveitamento



das margens. As vazantes fornecem, portanto, o alimento durante o período mais crítico da seca.

As atividades de plantio variam, portanto, no tempo e no espaço, compondo um calendário específico em que as paisagens se alternam no espaço, conforme depoimento de um morador:

- E: [...] porque aqui onde planta abrobra, isso aí é batata... esses verde aí, é abrobra. Então a gente faz esse plantio agora praticamente em abril, maio. Por aí a gente tâmo plantando na beira do rio, chama vazante, porque é quando o rio tá baixo. Aí quando for lá pra julho, agosto em diante a gente começa a colher na beira do rio. Aí lá pra outubro, novembro é que a gente acabou a colheita, aí o rio enche tampa isso aí novamente e a enchente torna a fazer outra terra boa [...] Aí vem plantar no tabuleiro que é aqui em cima, aqui onde tá chovendo e o rio não vem. Aí planta milho. Isso aí que tá plantado é mandioca, né... aí planta milho, mandioca, feijão... (Entrevista com morador da comunidade de Barra do Salinas)<sup>13</sup>



Cultivo de abóbora nas vazantes.  
Foto: Arquivo GESTA, 2003.

---

<sup>13</sup> Entrevista realizada por Elias Gomes – membro da equipe do GESTA no ano de 2003.

Mas a discussão sobre o sistema de uso e posse da terra nas comunidades é indissociável de fatores como a herança, o parentesco e os padrões de residência. Nas comunidades visitadas, a herança é o princípio que governa e legitima o acesso à terra (GALIZONI, 2000; SANTOS, 2002). Contudo, na região, a existência de espólios não implica a divisão da terra. Herdam-se os “direitos”, os quais estão sempre referenciados a um conjunto mais abrangente: o “bolo” que agrupa os descendentes de um ancestral comum reconhecido como legítimo “dono” da terra. Dessa forma, um determinado “direito” é mobilizado no interior do “bolo” para prover o trabalho e o sustento de um grupo doméstico, sem que seja realizada a partilha da terra em seções de herança, conforme ressaltam os próprios moradores em trechos coletados nas entrevistas: *“ficou tudo no bolo, não partiu, cada um tem um pedaço, mas não dividiu”* ou *“é dos mais velhos e vai ficando pros filhos”*, *“ninguém sabe o tamanho do direito porque tá no bolo”*. Este sistema é explicado pelos próprios moradores, assinalando uma expressão aparentemente contraditória, “dividiu em comum”:

- P: e cada qual escolheu seu pedacinho e dividiu? Como é que foi?
  - E1: Não, **dividiu em comum**, a terra é de mãe só ela que paga o imposto e nós trabalhamos na terra. E hoje nós tem nosso sobrinho trabalha aí na terra, mas a terra é de mãe sabe? É de mãe é que é registrada no nome dela.
  - E2: antes era registrada no nome do pai né? Mas ele morreu já faz... vai fazer 18 anos, pra 19. Ele é falecido e passou em nome dela.
- (Entrevista realizada com moradoras da Comunidade de Mutuca de Cima)<sup>14</sup>.

A partir da designação local, Galizoni (2000) definiu este regime como “terra no bolo”. Neste sistema, a terra pertence à família, é herança de um ascendente comum e permanece sendo utilizada por sucessivas gerações sem que seja efetivamente repartida em seções de herança ou propriedades individualizadas, ao contrário, é mantida indivisa e nela vivem os descendentes co-herdeiros e parentes assimilados por afinidade. O núcleo de casas mais próximas pertence quase sempre a um conjunto de irmãos co-herdeiros com seus respectivos grupos domésticos.

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada por Raquel Oliveira em janeiro de 2005.

Frequentemente, a terra não é um bem relacionado a um único indivíduo e também não é livremente alienável. Mesmo em raras situações em que a terra foi dividida através de rolamento e inventário, o direito é vendido para os irmãos e a terra permanece efetivamente como posse de um único grupo familiar. Conforme destacou Abramovay (1998) em seu estudo sobre os limites da racionalidade econômica entre o campesinato: “... os limites à soberania do indivíduo sobre o uso e a própria venda da terra fazem dela um bem que escapa às regras vigentes na comercialização das mercadorias em geral” (ABRAMOVAY, 1998, p.125).

Dessa forma, a terra não configura mercadoria, mas é entendida como patrimônio a ser preservado pela família e transmitido às próximas gerações. A venda de “direitos” pode resultar também na aquisição de uma outra terra em melhores condições para a manutenção do grupo doméstico, como ilustra o trecho de uma entrevista transcrito abaixo:

- E: aliás, todos nós foi e era lutador, e é até hoje vive da... da agricultura, do trabalho. Nós... ela [a esposa] torrava farinha pros vizinhos e tudo ... eu mais ela é primo carnal, né? Nossos pais é irmão, então, trabalhava ajudando um o outro, trabalhando, né? [...] Então, lutei nessa vida trabalhando pro meu pai, meu pai morreu eu fiquei com doze anos. Continuei a vida ajudando minha mãe. Desde a idade de seis anos eu trabalho ... eu já tinha a minha divisão, porque meu pai tinha ... tocava uma grande roça. Tinha aquelas capadaria [criação de porcos], aquelas coisas, então, justamente ele separa aqueles trabalhos de nós. Aqueles pequenos ia cuidar de descascar milho pra dá pra porco e ... os grandes já ia pra roça, buscava água pra mãe e era panhado na cabeça [...] E então, realmente a gente levou a vida dessa maneira. Trabalhando, ganhando; meu pai morreu, deixou ... Nossos irmãos era dez ao lado de meu pai. O lado da minha esposa era onze [...] Então, vendi aquelas duas herancinhas de meu pai e de meu sogro, realmente, comprei essa primeira propriedade que eu tenho lá, com inteiro das vacas dos padrinhos, das sementes dos padrinhos. Aí possuí aquela terra.

(Entrevista realizada com morador da Comunidade de Morrinhos) <sup>15</sup>.

Também é comum a associação de direitos de herança e compra de terras (fora ou no interior da família) para a composição das “propriedades” e para expansão do terreno utilizado. Observamos, assim, que o *patrimônio* construído é resultado da combinação de

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada pela Profª Andréa Zhouri (Coordenadora do GESTA), em 2003.

diversos direitos de herança e das transações realizadas com estes direitos<sup>16</sup>, como revela a entrevista realizada com outro morador:

- P: Só entender uma coisa aqui. O senhor falou que vive mais da roça, né? Quanto de terra o senhor comanda?

- E: É. Eu tenho área de... é uns quatro alqueire. A gente fala alqueire. A escritura são trinta hectares e tem trinta do meu pai. Mas lá, trinta hectares são meu e mais de quatro irmão. Nós são cinco irmão. Dois mora em São Paulo e... um mora no Coronel Murta e... dois tá aqui na roça. Então ali nós cria a nossa criação, nosso gadinho, animal...

- P: E é dividida a herança de cada filho?

- E: Não. Não. Essas trinta hectares foi compra. Nós cinco irmão associou sofridamente trabalhando até a noite em São Paulo e tudo... Já morei quatro ano dentro da cidade grande, daquele São Paulo. Por exemplo, que nós juntamo e... unido a força aumenta, né? E nós compramo, pegado no que é do meu pai. Hoje a minha mãe é falecida a metade é... minha mais os irmão e a metade é do meu pai.

(Entrevista realizada com morador da Comunidade de Mutuca de Cima).

17

O direito de herança concede ao beneficiário a possibilidade de mobilizar, através da ocupação e do trabalho, uma determinada porção da terra da família, ou seja, do “bolo”, para a manutenção de seu grupo doméstico. O fato é que, este direito pode ou não ser mobilizado, mas a condição de herdeiro raramente é suprimida. Dessa forma, em casos de migração, os herdeiros que permanecem ausentes, residindo em outras regiões, podem voltar e reivindicar a qualquer momento seu “direito” de uso da terra.

Em relação ao uso das vazantes há variações. As vazantes podem ser agrupadas junto às terras da família cujo acesso é mediado pela herança. Em outros casos, as vazantes podem ser vistas como pertencentes à comunidade tendo, assim, usos mais flexíveis, não fixos, mas continuamente transformados em objeto de acordos a cada estação de cultivo. Um exemplo é dado pelo relato de um morador da comunidade de Limoeiro, segundo ele as “praias” (áreas de vazante) pertencem à Marinha e cada família utiliza uma determinada

---

<sup>16</sup> Realiza-se a compra ou venda dos “direitos” e não da terra, pois esta permanece indivisa. Desse modo, quando do falecimento dos ascendentes proprietários a terra não é dividida em seções de herança. O que ocorre, em geral, é uma espécie de acordo moral entre os herdeiros. Alguns permanecem na terra utilizando-a e repassando-a a seus herdeiros, outros migram definitivamente ou se estabelecem no direito de parentes afins. Estes herdeiros que se retiram podem, então, vender seu direito para aqueles que ficam, o que ocorre com frequência. Tais estratégias possibilitam a manutenção da posse da terra em extensões que garantem a reprodução dos grupos domésticos. Afinal, se todos os herdeiros reivindicassem simultaneamente seus respectivos direitos, a terra ficaria “apertada” ou “curta”, como afirmam os próprios entrevistados.

<sup>17</sup> Entrevista realizada por Raquel Oliveira e Marcos Zucarelli (membros da equipe do GESTA) em 2003.

porção do terreno. Outro caso é ilustrado pelo exemplo da Comunidade de Prechedes onde os terrenos nos quais estão localizadas as áreas de vazante são atribuídos à família detentora do “bolo”. Contudo, há um grande número de moradores da comunidade de Barra do Salinas que utilizam as áreas de vazante da comunidade de Prechedes:

- E: É... Não. Vazante é tanta gente aqui que dá. Um tem um pedacinho dá outro, dá outro... não sei quantos dão. O ano passado... eu contei. Agora não sei, porque já tamo plantando. Daqui da extrema nossa aqui, em cima na gaita do rio até aqui onde a gente cuida eu contei vinte e duas pessoa que tinha vazante aí.

- P: Lá da Barra?

- E: Nós e da Barra. Os amigos... um tira pra um, tira pra outro.

- P: Vocês fazem alguma combinação com o pessoal da Barra?

- E: Não. A gente passa pra eles, dá o terreno lá, eles fazem o que quer.

- P: E dividem lá o pedacinho pra cada um?

- E: Dá um pedaço pra cada um que pode dar, eles fazem o que quiser fazer, não tem negócio de meia nem nada não. O nosso é plantado, a gente mesmo é que planta.

(Entrevista realizada com moradora da Comunidade de Prechedes)<sup>18</sup>.

- E: aqui [Prechedes] quase todo mundo que tem terra, eles ocupa a parte que eles vão plantar e dão a outra parte pro pessoal que não tem. Eu mesmo comecei fazer plantação na beira de rio, eu deveria ter uns quinze anos... dezesseis anos... E nunca parei de fazer, e sempre todo ano eu faço na terra dos outros. Eu mesmo não tenho a terra [...]Aí eu faço na terra dos outros lá em baixo... na fazenda Prechedes.

-P: e isso tem uma negociação... como que...

- E: Não, simplesmente eles chega lá e marca o terreno pra gente e fala ‘pode plantar aqui pro cês, não quero nada em troca’, só mesmo pra gente mesmo ter também, né?

- P: Tem alguma divisão do que colhe?

- E: não, tem não. Eles doam o terreno mesmo pra gente fazer o plantio pra gente. Às vezes acontece, algumas aqui faz é... também faz parceria, às vezes dá a terra pra pessoa plantar e na...na colheta cê devolver algum pouco; às vezes terça ou meia. Mas é muito difícil de isso acontecer aqui. Quando acontece também cê pode ver que o dono da terra, ele entra com qualquer despesa também. Quando é na meia ou na terça às vezes ele entra com a semente, ou entra com a limpeza da terra, alguma coisa ele faz.

(Entrevista com morador da Comunidade de Barra do Salinas)<sup>19</sup>

De modo geral, a organização da produção agrícola fundamentada na posse da terra e no uso da força de trabalho do próprio grupo doméstico permite-nos considerar o caráter

---

<sup>18</sup> Entrevista realizada por Raquel Oliveira e Marcos Zucarelli (membros da equipe do GESTA) em 2003.

<sup>19</sup> Entrevista realizada por Elias Gomes – membro da equipe do GESTA em 2003.

“familiar” da agricultura desenvolvida pelas famílias. Segundo Wanderley (1997), o conceito de “agricultura familiar” é destinado à elucidação destes casos em que identificamos:

[...] a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante ressaltar que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1997, p.10).

No caso em tela, este “caráter familiar” é característica marcante da organização produtiva das famílias. Em todos os grupos domésticos entrevistados a posse da terra, seja como proprietário ou co-herdeiro é, não só ponto comum<sup>20</sup>, mas também uma característica extremamente valorizada, ressaltada como motivo de orgulho.

Em relação à força de trabalho empregada nas atividades produtivas, é comum o fato de que as roças, as vazantes, o cuidado com a criação sejam realizados pelo próprio grupo doméstico (em geral, o casal e seus filhos). Contudo, nos casos em que esta força de trabalho é insuficiente, devido à própria composição dos grupos e as fases que este atravessa<sup>21</sup>, são freqüentes arranjos diversos que viabilizam a continuidade do trabalho familiar mediante a prática da troca de dias e a contratação de camaradas.

A “troca de dias” consiste no fato de que um determinado grupo doméstico disponibiliza sua força de trabalho, ou parte dela, para outro grupo doméstico a fim de viabilizar a conclusão das tarefas do roçado. Em retribuição, o grupo que foi beneficiado deve fazer o mesmo quando “requisitado”. Em geral, a “troca de dias” é feita entre parentes e vizinhos mais próximos. Há, portanto, uma espécie de cooperação recíproca para a realização das tarefas que demandam maior emprego da força de trabalho como o roçado, a construção de

---

<sup>20</sup> Foram identificados através das entrevistas apenas um agregado, em Porto Mandacaru, e uma família que proprietária da área onde reside, mas que planta “de meia” na terra de outrem.

<sup>21</sup> A partir da análise de Fortes (1958), é possível identificar períodos mais críticos para os grupos – etapas em que a força de trabalho disponível é reduzida. Tais períodos correspondem à “fase de expansão” momento no qual todos os filhos dependem de seus pais no sentido econômico, afetivo e jurídico, e aos períodos de viuvez muitas vezes acompanhados pela dispersão dos filhos, os quais atingindo a maturidade deixam a família de origem para constituir novos grupos domésticos.

cercas, a preparação de uma manga e outros. A prática ocorre, assim, através de um circuito não-monetarizado pautado por uma moral de reciprocidade: “É mais os dia trocado com os cunhados e os filhos casados” (Morador da Comunidade de Malícia, a qual é considerada por vezes como pertencente à comunidade de Lavrinha – entrevista realizada em janeiro de 2005).

Esta prática não altera o “caráter familiar” da produção, ao contrário, permite a sua reprodução. A contratação do “camarada” também opera no mesmo sentido. O camarada representa, na maioria dos casos, uma fonte de força de trabalho complementar. O grupo doméstico continua realizando as tarefas produtivas ou as gerenciando, quando a idade, por exemplo, torna-se um fator limitante. De qualquer forma, o “camarada” não é “firmado”. A contratação é temporária para realização de atividades específicas como o roçado e o preparo das mangas, não configurando, assim, uma espécie de assalariamento. A quantia recebida pelo “camarada” possibilita ainda a complementação da despesa de seu próprio grupo doméstico, conforme revelam os entrevistados:

-E: ...aquele que tem menos... ele tem de trabalhar pra ele e ainda tem de trabalhar a dia, por fora, pros outros, né? Acontece muito assim. A gente paga, aquele que pode pagar um dia, ou dez dias, por exemplo, ele paga pra ele trabalhar pra ele, porque... aí ele rende mais o.... a porcentagem dele, né? É sofrido, mas até hoje nós teve muito sossego...  
(Entrevista com morador da Comunidade de Mutuca de Cima)<sup>22</sup>.

Quando era tudo reunido em casa, nós mexia com farinha [...] hoje, sozinha, tenho que mexer com camarada, mas conforme o serviço não pago, só pra cerca [...] a pessoa sozinha é sem jeito de viver...  
(Entrevista com moradora da Comunidade de Lavrinha – senhora solteira – ficou cuidando da mãe, quando o pai faleceu)<sup>23</sup>.

-P: Senhora tem alguém trabalhando na terra? A senhora paga alguém?  
-E: Não, quando eu tô mexendo com lavoura eu sou obrigada a pagar um camarada pra trabalhá, que eu não já não tô mais de trabalho. Mas, dizer que eu tô pondo gente pra fazer minha lavoura, eu não tô mais não, que não tá compensando. A gente é velho ainda inventa de fazer uma lavorinha só a troco de camarada.  
(Entrevista com moradora da Comunidade de Prechedes)<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> Entrevista realizada por Raquel Oliveira e Marcos Zucarelli (membros da equipe do GESTA) em 2003.

<sup>23</sup> Entrevista realizada por Raquel Oliveira em janeiro de 2005.

<sup>24</sup> Entrevista realizada por Raquel Oliveira e Marcos Zucarelli –membros da equipe do GESTA

O trabalho como “camarada” ajuda, assim, na composição do próprio patrimônio familiar. Em algumas comunidades onde há grandes fazendas próximas, os camaradas são freqüentemente contratados por estes estabelecimentos. Na comunidade de Pachecos, o trabalho de camarada é comum na fazenda Água Fria e, em Mutuca de Cima, nas fazendas Água Boa e Biquinha orientadas para a pecuária extensiva.

Quanto aos objetivos da atividade econômica, encontramos categorias específicas empregadas pelos moradores para distinguir o significado e finalidade social de sua produção. Desta forma, quando questionados sobre o destino dos produtos colhidos nas roças e vazantes, os moradores utilizam o termo “*despesa*” para se referir ao consumo doméstico. Neste sentido, a “*despesa*” é a categoria central no cálculo para alocação de seus recursos. Ela representa o montante necessário ao consumo do grupo doméstico e frequentemente equivale ao produto direto do trabalho conduzido pela família em sua própria terra somado aos complementos obtidos na feira.

Os moradores entrevistados ressaltaram freqüentemente: “não tem renda com roça, não. É só pra despesa” (moradora da Comunidade de Marimbondo). A produção é, assim, destinada ao consumo e à manutenção do grupo doméstico: “o que dá na terra é pra despesa, é difícil sobrar, tem hora que compra para acabar de vencer o ano” (morador da Comunidade dos Pachecos). O mesmo foi observado na comunidade de Santana, onde um dos moradores destacou que a renda da casa, inclusive o dinheiro para o pagamento dos camaradas, é obtida através da criação e venda do gado: “A renda vem do gado, a lavoura é só pra despesa, não sobra nada pra negócio”.

Por outro lado, quando perguntados sobre a venda de produtos, os moradores assinalam freqüentemente que a produção “não sobra para negócio”. O negócio é entendido como transação comercial, basicamente venda, a qual, em teoria, permite a obtenção de certa renda. A opção entre vender ou consumir um determinado produto<sup>25</sup> é feita a partir destes significados e contrastada com o objetivo central de sustento do grupo doméstico. É por



isso que muitas vezes os entrevistados enfatizaram que a venda de galinhas, verduras ou porcos não é compensatória. Embora todos os cultivos tenham, em potencial, a possibilidade de serem diretamente consumidos ou vendidos, há uma oposição essencial entre “despesa” e “negócio”. A “despesa” é objetivo primevo da produção – em geral, apontada como alocação preferencial dos recursos. Já o negócio é, na maioria dos casos, encarado como atividade complementar ou secundária.

-E1: O que cês planta o que que faz com a produção da roça?

-E1: Com a produção? Mas o que a gente faz... a gente não usa vender né?

-E2: Vai dar as galinha, os porco.

-E1: O milho mesmo é pra galinha, porco, né? A gente dá até a páia, o milho também. Agora que a gente deixou de colocar... quebrar o milho e colocar na água morna pra amanhã lavar ele bem lavadinho e colocar no pilão e socá na mão do pilão e cessar e tirar fubá, a farinha de milho tão gostosa. Faz canjiquinha, nós ainda usa aí, agora já tem tempo que a gente não faz isso, mas nós usa, a gente tem vontade de comer uma canjica grossa, também nós come, nós faz, o que é do milho, ô Raquel, do milho cê faz muita coisa, não faz?

-P: Faz mesmo.

-E1: Hoje a gente faz a canjica fina pra comer, canjica grossa, dá às galinhas, que a galinha a gente come a galinha viva, né?

-P: Viva?

-E1: Oh minha filha, a galinha antes da gente matar ela, a gente come ela viva. Eu até... presta atenção procês ver. Hoje é porque ali ela bota um ovo daquele ovo ocê faz um biscoito, né? não faz?

-P: Faz.

-E1: E a vaca também, come ela viva não come? O leite, o requeijão, o queijo, a manteiga. Come, é gostoso. Oh Raquel, eu falo mesmo, a vida da roça, se a gente prestar atenção é... quase... é uma luta muito grande, mas quase que é melhor do que na cidade.

(Entrevista com moradoras da Comunidade de Mutuca de Cima)<sup>26</sup>.

De todo modo, o objetivo central das atividades produtivas é garantir o atendimento das necessidades dos membros do grupo doméstico e possibilitar, a longo prazo, a manutenção da família e de seu patrimônio através das gerações. Wanderley (1997) denominou esta preocupação fundamental com o futuro da família de “*horizonte de gerações*”. Esta característica se torna importante, quando analisamos as diferentes estratégias adotadas para a composição e manutenção do patrimônio familiar, quais sejam: a migração cuja

---

<sup>25</sup> Alguns autores assinalaram essa característica da produção camponesa como Garcia Júnior (1983). Abramovay (1998) denomina-a de “alternatividade” e compreende que este fator garante ao campesinato uma relativa autonomia frente ao mercado.

<sup>26</sup> Entrevista realizada por Raquel Oliveira – membro da equipe do GESTA em janeiro de 2005.

renda possibilita a reprodução da família e do próprio estabelecimento familiar, a lavra, o trabalho como camarada, os ajustes de herança (venda e associação de direitos entre parentes co-herdeiros de um mesmo “bolo”) e a criação do gado o qual representa uma reserva de valor cujo rendimento é frequentemente aplicado nestas transações de direitos e na construção de benfeitorias.

Se a agricultura possibilita de modo parcial a reprodução física do grupo doméstico, as outras atividades realizadas pelos moradores são de extrema importância na composição ou complementação da “despesa” da casa, estando, assim, inseridas na mesma lógica de reprodução do patrimônio familiar.

[...] a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem, frequentemente, elementos positivos, com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras (WANDERLEY, 1997, p. 17).

Esta é também a importância do garimpo. Na comunidade de Pachecos muitos moradores trabalham na área abandonada pela mineradora “HALBA”, e acrescentam: “só na lavoura não dá”. O cascalho representa para as famílias um rendimento de, aproximadamente, quarenta reais semanais. A lavra e a lavoura são frequentemente atividades complementares, como fica evidente nos seguintes excertos a seguir:

- P: E como é que faz pra ele trabalhar na lavra e na lavoura? Todo dia ele trabalha nas duas?

- E: Uai, tem dia que eles...não, não é todo dia que trabalha na lavra não. Mas, o dia que tá apertado de serviço eles faz num dia, chega quatro horas ainda trabalha até o sol entrando, fazendo as coisas, mexendo no quintalzinho dele. Porque a lavra não tá dando resultado, mas num fica à toa, e a lavoura aí é um resultado mais custado, a gente planta hoje vai custar a colhê e a lavra o dia que tira qualquer coisa vai... serve logo. Ele mexe com uma coisa e outra...

(Entrevista com moradora da Comunidade de Prechedes)<sup>27</sup>.

- P: E todo mundo participa, todo mundo garimpa, como é?

- E: É... as vezes não é todo mundo, mas, vão supô. Tem uma parte que é garimpeiro, outros é lavrador, agricultor, trabalha na agricultura, mas o dinheiro do minério serve pro uso do lugar, porque se eu planto milho, feijão, arroz, eu colho, eu vendo pra aquele que tira o minério. Ele vende o minério, vai lá pra fora, mas o dinheiro fica. O dinheiro do minério fica

---

<sup>27</sup> Entrevista realizada por Raquel Oliveira e Marcos Zucarelli (membros da equipe do GESTA) em 2003.

na região. Então, um ajuda um ao outro, entendeu? É que nem diz o ditado, uma mão lavando a outra, né? Então nós vivemos dessa maneira. (Entrevista com morador da Comunidade de Mutuca de Cima)<sup>28</sup>



Garimpo na “cieba” (retirando cascalhos no desmonte da HALBA)  
Foto: Arquivo GESTA, 2003.

#### *A opção pelo termo comunidade:*

Além de uma caracterização preliminar da população a ser atingida pelo AHE Murta, cumpre discutir o emprego do termo “comunidade”. À primeira vista o termo “comunidade” parecia indicar apenas um agrupamento localizado de famílias onde se destacava uma certa coincidência entre parentesco, domínio sobre o território e a participação coletiva em assuntos políticos e religiosos. A “comunidade” aparecia, então, como uma unidade social fixa, altamente coerente e integrada onde seus integrantes compartilhavam experiências similares. O grupo local era, assim, tomado como uma totalidade homogênea e coesa.

Durante a pesquisa, contudo, os relatos dos moradores acabaram por apontar diversas fissuras nesta suposta coincidência, mencionando os pequenos desentendimentos, as diferenças religiosas, os posicionamentos políticos divergentes e os conflitos cotidianos. De

---

<sup>28</sup> Entrevista realizada por Raquel Oliveira e Marcos Zucarelli (membros da equipe do GESTA) em 2003.

fato, também a literatura sociológica já havia se dedicado à revisão dessa categoria analítica. A crítica elaborada por Mendras (1978) é parte desse esforço reflexivo:

O termo ‘comunidade’ camponesa, sem dúvida o mais comum para designar essas unidades locais, possui o grave inconveniente de supor um modelo ‘comunitário’ de relações sociais e de administração de bens e, conseqüentemente de evocar não sei que comunismo primitivo ou arcaico do qual a comunidade camponesa seria uma forma degradada (MENDRAS, 1978, p. 86).

Na acepção local, o termo “comunidade” é, por vezes, utilizado para se referir ao grupo de pessoas que participam conjuntamente das atividades da igreja. A “comunidade” é, assim, entendida, como a unidade local de fiéis. O emprego do termo está relacionado ao trabalho das antigas CEB’s (Comunidades Eclesiais de Base) na região. Os próprios moradores quando questionados sobre a origem dessa designação assinalam a atuação da Igreja Católica, conforme indica a entrevista abaixo:

- P: eu queria que cês contassem uma coisa pra gente, como é que começou essa história de chamar a comunidade, do pessoal citar comunidade aqui?

- E1: Que de primeiro falava, comunidade se reunisse, oh... uma... uma multidão de gente da casa da gente, fosse almoçar ou jantar, ou... comer qualquer coisa, aí era comunidade. Aí depois formou... porque de primeiro a bíblia era fechada, né? A bíblia era fechada. Ela era aberta antes, depois fechou, foi depois falou comunidade... foi a gente começou... chamou uma pessoa lá de Rubelita, é que veio o homem aqui pra dar o curso de base pra nós, chamado Nozinho. Ele veio deu o curso de base pra nós, explicou, explicou pra nós... Padre não vinha na nossa comunidade, depois o Nozinho veio, veio o Estevo e falou “Olha pra suas comunidade crescer e vocês entender o que significa comunidade cês tem que ir lá no nosso grupo, lá no sete Canais no seis Domingo, aí nós vão explicar procês”. Aí nós caminhamo bastante, aí ... o Estevo falou assim “Agora tal dia o padre Lucas vai vir aí nas sua comunidade”. Aí foi a primeira vez que o padre veio, nós nem sabe qual é que foi 82? Ou foi em 1980 que começou nossa comunidade? [pergunta para as irmãs].

- E2: É... veio Nezinho... é... foi em setenta... Foi em 1978 [...]

- E1: E hoje em dia, graças a Deus Raquel, vem padre aqui na nossa comunidade, e eu sou catequista, mais Graça é preparadeira de batismo, o Ubaldo é dirigente, mas nós ajuda ele né? Também, nós somo as cantora, nós que tira os canto...

(Entrevista com moradora da Comunidade de Mutuca de Cima)<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Entrevista realizada por Raquel Oliveira em janeiro de 2005.

Este significado associado ao pertencimento religioso parece emergir no discurso dos moradores especificamente quando estes são interrogados sobre a origem do termo. Mas, freqüentemente, o uso do termo “comunidade” pelos moradores oscila entre uma significação mais restrita, relacionada ao pertencimento religioso, e a uma definição imprecisa empregada quando desejam se referir às localidades, as quais podem ser identificadas a partir de alguns fatores como: as relações de parentesco, a residência comum e o circuito de trocas.

No âmbito desta monografia o termo “comunidade” não é empregado para se referir ao pertencimento religioso. Na tentativa de capturar o significa ambíguo e ao mesmo tempo contextual desse termo acreditamos que a designação “comunidade” possa ser utilizada para indicar estas “localidades” que reúnem grupos de parentes e onde se desenvolvem formas específicas de sociabilidade. Tais agrupamentos freqüentemente se mobilizam quando encontram objetivos comuns (a construção de uma creche para as crianças, por exemplo) e quando se projetam como sujeitos políticos. Na consideração desses sentidos seguimos a proposta metodológica de Gupta e Ferguson:

[...] ao tomar uma ‘comunidade’ localizada, pré-existente, como ponto inicial, essa noção deixa de examinar suficientemente os processos (tais como as estruturas de sentimento que permeiam a imaginação da comunidade) que participam em primeira instância da construção do espaço como lugar ou localidade. Em outras palavras, em vez de supor a autonomia da comunidade primeva, devemos examinar de que modo ela se formou como comunidade, a partir do espaço interligado que desde sempre existia (GUPTA & FERGUSON, 2000 p. 34).

A noção de “comunidade” é, assim, mobilizada em contextos de conflito tendo em vista a defesa de seu território ou para a construção de projetos comuns. Emerge, nesses casos, um sentido específico de “lugar” que fundamenta a constituição de uma identidade coletiva. Na luta pela defesa de seu patrimônio, a própria comunidade se reconstrói enquanto tal, ou seja, como esfera coletiva de existência. Emerge, assim, um discurso onde o grupo se apresenta como coletividade, enfatizando o uso do “nós”<sup>30</sup>. Isto pode ser verificado em alguns depoimentos proferidos durante a Audiência Pública da barragem de Murta:

---

<sup>30</sup> Para uma análise mais detalhada desta questão ver Zhouiri e Oliveira (2005).

**Nossas terras** são produtivas, **nossas** baixas, **nossos rios**, onde **fazemos nossas hortas: plantamos** de tudo, tudo isso que está aqui a **nossa terra** produz e nunca precisamos de barragem; não queremos ser invadidos por barragem. **Nossa comunidade** são cinquenta famílias e todas elas vivem independente, **não temos** nenhuma necessidade de sair corrido por causa de barragem (Depoimento da Sra. M., atingida pela UHE Murta, durante a Audiência Pública, em 15/10/2002).

Dessa forma, em contraste com entidades pré-existentes onde poderíamos traçar uma coincidência exata entre espaço, cultura e povo, o termo comunidade se refere aqui à construção sócio-política de sujeitos.

As entrevistas e levantamentos efetuados revelam um sistema complexo de significação e uso do território. As técnicas locais compreendem uma pluralidade de ambientes e atividades que não são intercambiáveis, mas essencialmente complementares. Contudo, esta configuração é frequentemente subtraída à visão de empresas do Setor Elétrico e consultores. Visão esta devedora de outra racionalidade, propositora de uma técnica diversa e realizadora de um outro projeto de apropriação do espaço. Mas, é no contexto do licenciamento da usina hidrelétrica de Murta, que o contraste entre estas formas locais e aquela articulada pelos empreendedores emerge como tema de reflexão dos próprios moradores. É confrontando a designação de “pobres”, que as famílias pensam sua “riqueza”; é em oposição à ameaça de viver na “rua” que o discurso valoriza a vida na “roça”, na “comunidade”. Ao mesmo tempo é como identidade e marcador de diferença que a auto-denominação “atingidos” surge como termo antagônico à versão dos outros agentes.

## **Capítulo III: O Licenciamento da UHE Murta**

### **2.1 - Estrutura e processo do licenciamento**

A implantação das usinas hidrelétricas depende não apenas do licenciamento, mas especialmente das medidas que o antecedem e que se referem ao planejamento elaborado e executado pelo Setor Elétrico. Sigaud (1989) e Vianna (1989) descrevem a seguinte seqüência de etapas:

- 1- A Estimativa do Potencial Hidrelétrico: consiste na primeira avaliação do potencial de geração de hidroeletricidade em uma bacia ou região. Neste momento, são realizados os primeiros levantamentos sobre o número de locais barráveis e os custos econômicos destes aproveitamentos.
- 2 – Estudos de Inventário: nesta fase é determinado o potencial energético de uma bacia, estabelecendo a melhor partição ou divisão das quedas e a estimativa preliminar de custos, considerando aspectos técnicos e econômicos.
- 3 – Estudos de Viabilidade: realiza-se, nesta etapa, a opção técnica e política por um determinado aproveitamento, o que implica a execução de levantamentos mais específicos.
- 4 – Avaliação de Impacto Ambiental<sup>31</sup>: consiste na elaboração dos estudos e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) de um determinado barramento. Tais estudos devem apresentar uma espécie de diagnóstico da área a ser afetada pelo empreendimento. Este diagnóstico deve estar acompanhado do levantamento exaustivo de todos os impactos a serem provocados a partir da instalação do projeto hidrelétrico, formulando, finalmente, um prognóstico da região após a construção da barragem. Contudo, mesmo contando com o aspecto de sua exigência legal, muitos autores têm apontado as limitações e dificuldades atualmente encontradas para garantir a eficácia da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) (VIANNA, 1989; LACORTE & BARBOSA, 1995 e SIGUAD, 1989; ZHOURI et al, 2005).
- 5 – Elaboração do Projeto Básico Ambiental: nessa etapa são definidos, em detalhe, a caracterização das obras de infra-estrutura, o tipo de equipamento e materiais envolvidos na construção.

6 – Projeto Executivo – início das obras e implantação das instalações: canteiro de obras, barramento, bota-fora...

7 – Operação e monitoramento da usina.

O licenciamento do empreendimento tem início em uma etapa tardia do processo de implantação da barragem, após a realização dos estudos de viabilidade técnica. Dessa forma, as ações precedentes organizadas pelo Setor Elétrico já definiram a natureza do empreendimento e o local onde será inserido. Quando o processo licenciatório é iniciado já existe todo um cronograma das obras e uma estimativa de custos estabelecida sem que houvesse qualquer apreciação anterior dos impactos, dos riscos e custos socioambientais decorrentes do projeto, e sem que outros agentes diretamente envolvidos fossem ouvidos.

Do ponto de vista político, os estudos podem ficar subordinados apenas à lógica da maior produção de energia, limitando-se a medidas ambientais paliativas. Em última instância, a construção daquela hidrelétrica, localizada naquele ponto do rio e com aquela cota não pode ser questionada (VIANNA, 1989, p.13).

É a partir da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) que o empreendedor submete seu projeto ao exame de concessão da licença prévia. Esta primeira licença tem por função definir se o empreendimento em questão é ambientalmente viável. Contudo, para iniciar o Projeto Executivo, o empreendedor deve obter, em seguida, a licença de instalação. Da mesma forma, a última etapa deve ser precedida pela obtenção da licença de operação. Durante o processo de licenciamento, o projeto pode passar por pequenos ajustes técnicos e fica condicionado à apresentação de um elenco de medidas mitigadoras e compensatórias, as quais têm por função a viabilização política dos projetos que, muitas vezes, não encontram aprovação técnica (ZHOURI et al, 2005). Nessa medida, os rumos e os resultados finais de um processo de licenciamento são determinados freqüentemente pelas medidas que antecedem a elaboração dos estudos de impacto ambiental e que são conduzidas pelos agentes do Setor Elétrico.

---

<sup>31</sup> A exigência da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) foi instituída através da Resolução CONAMA 001/86.



A diversidade de agentes que compõe este Setor é dada pela própria complexidade do processo de implantação de uma hidrelétrica. De acordo com Mielnik e Neves (1988), na produção de uma UHE convergem três diferentes processos de produção: a elaboração de estudos preliminares e projeto, a construção civil da barragem e a fabricação de equipamentos elétricos. Tais segmentos se integram a partir de uma lógica de articulação industrial, em que a unidade geradora de energia se torna o produto final de todo o processo produtivo<sup>32</sup>.

Desse modo, o fato mesmo de estar produzindo uma UHE impõe a presença de uma racionalidade produtiva própria e de uma divisão específica das tarefas. As particularidades de cada segmento envolvido na produção de UHE tendem a ser condicionadas por uma única dinâmica que transcende as especificidades de cada um dos seus componentes (MIELNIK & NEVES, 1987; LACORTE & BARBOSA, 1995). Organiza-se, portanto, no interior deste Setor, um sistema de produção apoiado numa extraordinária integração de interesses.

[...] ao considerarmos a UHE como um produto em si, diferenciado e específico, verificamos que a análise da sua dinâmica e a avaliação de seus efeitos e impactos indicam **uma comunidade de interesses e a consolidação de uma estrutura que tende a funcionar de modo articulado e coerente** (MIELNIK & NEVES, 1988, p.24 – Grifos acrescidos).

Essa integração de interesses conduziu a uma harmonização da concorrência e constituiu um importante pólo de poder informal, de prestígio técnico, econômico e político, que goza de importante expressão nas decisões que afetam a produção de energia elétrica no Brasil (MIELNIK & NEVES, 1988). Na atualidade, o Setor Elétrico é marcado por um padrão concentrador, tendência à eliminação de concorrentes e pela manutenção de um corpo estável de “participantes”. Através das relações que mantém com diferentes instâncias do

---

<sup>32</sup> A atuação de um mesmo grupo econômico em variados ramos ou etapas na construção de uma hidrelétrica ilustra a articulação de interesses entre os diferentes segmentos que concorrem na produção de uma UHE, bem como revela o índice de concentração que opera no Setor Elétrico. Um exemplo interessante apresentado por Mielnik e Neves (1988) é a holding Participações Morro Velho Ltda que controla: o CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A), a Construções e Comércio Camargo Córrea S. A e a Camargo Córrea Brown Boveri. Enquanto o CNEC atua na elaboração de estudos e projetos; a empresa Construções e Comércio Camargo Córrea S. A tem papel de destaque no segmento da construção civil e a Camargo Córrea Brown Boveri S. A é uma fabricante de equipamentos elétricos pesados.

aparelho estatal, este pólo de poder garante a consecução de seus interesses. Mais do que um ramo forte e integrado do mercado, a atuação do Setor Elétrico ilustra as complexas relações entre os espaços público e privado no Brasil (KLEIN, 1987).

O horizonte de ação dos agentes que compõem este Setor é o planejamento energético do país. Este é organizado a partir de cálculos de previsão da evolução do consumo de energia elétrica no Brasil. Estas previsões estão assentadas em um referencial de funcionamento hipotético do mercado baseado em projeções do crescimento econômico e populacional<sup>33</sup> (LA ROVERE, 1990). O eixo ordenador desta visão é o ideal de “desenvolvimento”. Através deste olhar os espaços e seus recursos assumem assim a condição de matéria a ser capitalizada. Na qualidade de capital, os rios e quedas naturais são tomados como variáveis a serem consideradas nos estudos de viabilidade técnica cuja função é identificar a partição que aponte a melhor relação entre custos e benefícios econômicos. Proferida por agentes de grande expressão e poder, esta visão do território anula os diversos sentidos culturais que são articulados por outros segmentos sociais, especialmente pelas populações locais.

Para o padrão hegemônico de planejamento do Setor Elétrico, as questões sociais e ambientais são variáveis a serem equacionadas em termos de custo financeiro, obstáculos a serem removidos para que o território liberado possa ser ocupado pelo empreendimento (VAINER e ARAÚJO, 1990, p.20).

Nesse contexto, o Estado aparece como instância hegemônica do planejamento, definindo os rumos das frentes de expansão e as diretrizes das práticas hegemônicas de controle e apropriação do espaço. Sua atuação revela a consecução das visões e interesses de determinados segmentos da sociedade, notadamente aqueles que gozam de poder suficiente para fazer valer seus projetos, como ressalta Santos:

A gestão do território, a regulação do território são cada vez menos possíveis pelas instâncias ditas políticas e passam a ser exercidas pelas instâncias econômicas. O que acontece é que hoje a economia se realiza pela política. Não é a economia que ocupa hoje a posição central é a política exercida pelos agentes econômicos hegemônicos (SANTOS, 1999, p.21).

---

<sup>33</sup> Segundo La Rovere (1990) os estudos de planejamento do setor baseiam-se nas seguintes projeções: crescimento populacional a 1,7%a.a e da economia em 5% a.a para o período de 1985 a 2010.

## **2.2 - A estrutura institucional do licenciamento no estado de Minas Gerais**

Em Minas Gerais, a estrutura institucional de licenciamento é composta por diferentes órgãos com competências diversas, são eles: a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)<sup>34</sup>, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) todos coordenados pela SEMAD - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD, 1998).

A FEAM, o IGAM e o IEF são caracterizados como órgãos seccionais de apoio responsáveis pelas funções de assessoramento técnico, jurídico e administrativo. Para o escopo da análise desenvolvida neste trabalho, vale destacar as atuações do COPAM e da FEAM. O Conselho Estadual de Política Ambiental apresenta funções consultivas, normativas e deliberativas, a ele cabe, portanto, a elaboração das diretrizes da política ambiental do estado, formulação de normas técnicas e padrões de qualidade ambiental, bem como a concessão de licenças aos empreendimentos pleiteantes e julgamento das infrações. Este conselho é formado pelo plenário, pela Câmara de Política Ambiental e seis câmaras técnicas especializadas cuja composição em sistema colegiado integra representantes do Poder Público e da sociedade civil<sup>35</sup>.

Conforme descreve Paiva (2004), as câmaras técnicas são responsáveis pelo tratamento setorial das atividades de intervenção no meio ambiente, sendo então designadas: CIF (Câmara de Atividades de Infra-estrutura – responsável pelo licenciamento de projetos de infra-estrutura como aterros sanitários, estradas e rodagens, hidrelétricas, estação de tratamento de esgoto...); CDI (Câmara de Atividades Industriais); CMI (Câmara de

---

<sup>34</sup> O COPAM foi instituído em 1977 através do Decreto nº 18466 com a denominação inicial de “Comissão de Política Ambiental” - ver Starling (2001). No âmbito dessa comissão havia a Câmara de Mineração e Bacias Hidrográficas (CMBH) responsável pelo licenciamento de projetos hidrelétricos até o ano de 1997, quando foi criada a CIF – Câmara de Infra-estrutura do COPAM.

<sup>35</sup> Embora a composição das câmaras seja orientada por critérios equitativos na distribuição de assentos destinados ao poder público e à sociedade civil, a figura de muitos conselheiros assume caráter ambíguo e polivalente, sobretudo, considerando o trânsito que estes estabeleceram em diversas instituições públicas e empresas privadas, ao longo de sua trajetória profissional. Ver Carneiro (2003).

Mineração); CPB (Câmara de Proteção à Biodiversidade – possui apenas caráter consultivo); CAP (Câmara de Atividades Agrossilvopastoris); CRH (Câmara de Recursos Hídricos)<sup>36</sup>.

Diferentemente, a FEAM exerce funções de fiscalização mediante aplicação de multas e penalidades e avaliação de infrações. A esta instância cabe também a instrução dos processos de licenciamento ambiental através da análise dos estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) e posterior elaboração de pareceres técnicos, os quais contêm a recomendação de deferimento ou de indeferimento às licenças ambientais requeridas. Tais pareceres são, portanto, encaminhados à apreciação das câmaras especializadas do COPAM, instâncias responsáveis pelo exame das licenças.

### **2.3 – O caso do AHE Murta**

No contexto da política energética brasileira, Minas Gerais representa um cenário de destaque. No estado foram construídas as primeiras centrais hidrelétricas do país<sup>37</sup> (MIELNIK & NEVES, 1988) e também nele foram reunidas as forças políticas e econômicas necessárias para a consolidação de um ramo institucional dedicado à atividade de geração de energia hidrelétrica, a partir da constituição da CEMIG (DULCI, 1999).

Na atualidade, Minas Gerais ocupa o segundo lugar em capacidade instalada do país, produzindo cerca de 18,49% do parque gerador nacional<sup>38</sup>. Nesse quadro, é patente a disseminação de projetos hidrelétricos no estado que apresenta, hoje, um acúmulo de processos em licenciamento na FEAM<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> Esta é a atual conformação das câmaras definida pelo Decreto 39.490 de março de 1998 (Carneiro, 2003).

<sup>37</sup> Segundo Mielnik e Neves (1988), a Companhia Mineira de Eletricidade responsável por estas iniciativas foi fundada em 1888.

<sup>38</sup> Informação fornecida pelo sítio da ANEEL <[www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)> em 16/10/2005.

<sup>39</sup> Atualmente há 22 processos de UHE's e 110 processos de PCH's em licenciamento na FEAM (Fonte: FEAM, set/2005).

É também neste cenário que se insere o projeto AHE Murta, o qual consiste na construção de um barramento nas proximidades da confluência dos rios Salinas e Jequitinhonha<sup>40</sup>, região do Médio Jequitinhonha<sup>41</sup>.

A formação do reservatório se destina exclusivamente à geração de energia elétrica e a potência instalada será de 120 MW. A implantação deste empreendimento envolve a inundação de um trecho de 20,6 Km<sup>2</sup>, sendo uma parcela significativa composta por “vazantes” e “tabuleiros”, as mais importantes áreas de cultivo na região. Além disso, destaca-se o deslocamento compulsório de cerca de novecentas famílias residentes nas áreas sujeitas à inundação e seu entorno. Os municípios atingidos são: Coronel Murta, Virgem da Lapa, Berilo, Grão Mogol e Josenópolis, embora a maioria dos “atingidos” seja residente em áreas rurais dos municípios de Virgem da Lapa e Coronel Murta.

Como conjunto de impactos ambientais a serem causados pelo empreendimento podemos citar: a inundação de terras agricultáveis e relocação das comunidades atingidas, ocasionando a desorganização das redes de solidariedade baseadas nas relações de parentesco e vizinhança; a supressão das travessias sobre o rio, resultando na desagregação das redes de comunicação entre comunidades, vizinhos e parentes localizados em margens opostas do rio. Deve-se ressaltar ainda a indução do fluxo de trabalhadores e migrantes para a região, provocando o aumento da demanda habitacional e do atendimento médico, levando à desestruturação dos sistemas de saúde pública e habitação, já precários nas áreas urbanas. É relevante também o aumento das endemias locais com a disseminação de patologias geradas ou facilitadas pelo empreendimento, entre as doenças destacamos: Peste Bubônica, Doença de Chagas e Leishmaniose. A formação de remansos favorece a proliferação dos vetores da esquistossomose, malária, dengue e febre amarela, doenças já endêmicas na região. O projeto prevê ainda a supressão das atividades de garimpo artesanal, uma importante fonte de rendimentos para as famílias.

---

<sup>40</sup> Coordenadas 16°37' de latitude sul e 42°17' de longitude oeste – Fonte: Edital de Leilão ANEEL nº03/2000 (Anexo 01D).

<sup>41</sup> Os Estudos de Inventário do Rio Jequitinhonha foram realizados pela CEMIG e aprovados através da Portaria DNAEE nº 147 de 04/07/1990. Já os estudos de viabilidade técnica do projeto AHE Murta foram

O licenciamento do AHE Murta no estado de Minas Gerais teve início em 18/11/1998, quando foi registrada sua formalização junto à FEAM. Desde então, o projeto aguarda o exame da concessão de sua Licença Prévia. Em setembro de 2000, o aproveitamento foi submetido à leilão pela ANEEL, sendo conferida a outorga de concessão do potencial hidráulico ao consórcio Murta Energética S. A<sup>42</sup>, o qual é formado pelas empresas Logos Participações Ltda, Líder, EPTISA, EIT<sup>43</sup>.

A Murta Energética S. A constitui um consórcio que se enquadra na categoria de “Produtor Independente” a qual abrange toda pessoa jurídica ou consórcio que tenha recebido a concessão para explorar um determinado aproveitamento hidrelétrico cuja energia produzida poderá ser comercializada em sua totalidade ou apenas parcialmente. Esta nova categoria é parte do contexto de desestatização do Setor Elétrico<sup>44</sup>.

Conforme relato das lideranças locais, os moradores foram informados da existência do projeto de construção da usina através de agentes religiosos da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora de Coronel Murta<sup>45</sup>. Por meio da atuação destes religiosos, os moradores estabeleceram contato com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

---

executados pela Promon Engenharia Ltda, já a avaliação de impacto ambiental (AIA) foi elaborada pela consultoria D’ Alessandro & Associados e apresentada à FEAM no ano de 1998.

<sup>42</sup> O contrato de concessão entre as empresas do consórcio e a ANEEL foi assinado em 15/03/2001.

<sup>43</sup> A Logos é uma sociedade de participações pertencente ao Grupo LOGOS que é composto, dentre outras empresas, pela Logos Energia S/A, a qual investe em comercialização de energia elétrica no Brasil. A Logos é integrante da ARCADIS uma rede de empresas de engenharia que tem sede na Holanda. Já a EPTISA é parte do grupo espanhol Ep dedicado às atividades de engenharia, consultoria e serviços. A EIT, Empresa Industrial Técnica é uma construtora que tem sede no estado do Ceará.

<sup>44</sup> O Decreto 2.655/1998 estabeleceu novas categorias de agentes atuantes no mercado de geração de energia elétrica. Segundo o texto da referida lei, a energia produzida em um aproveitamento hidrelétrico poderá ser destinada: ao atendimento do serviço público de distribuição, à comercialização livre ou ao consumo exclusivo em instalações comerciais e industriais do gerador, podendo ser admitida a comercialização dos excedentes. Conforme a destinação dada à energia, os agentes são classificados respectivamente como: SP (Serviço Público), APE (Autoprodução de Energia), APE-COM (Autoprodução com Comercialização do Excedente) e PIE (Produção Independente de Energia) e COM (Comercialização de Energia). O Decreto 2655/1998 regulamentou o mercado atacadista de energia elétrica e definiu as regras de organização do operador nacional do sistema elétrico, mas a Lei 9.074 de 07 de Julho de 1995 já previa a categoria de Produtor Independente e aprovava a formação de consórcios geradores.

<sup>45</sup> As primeiras manifestações da população atingida datam de fevereiro de 1999 e são assinadas pela Irmã Mary Tiernan e pela Associação Comunitária do Povoado de Barra do Salinas.

Em março de 1999, as prefeituras e a Associação Comunitária de Barra do Salinas receberam cópias dos estudos de impacto ambiental. Mas já em agosto do mesmo ano, a FEAM solicitou ao empreendedor a elaboração de novos levantamentos sob a forma de Informações Complementares ao EIA/RIMA. Nesse período, os empreendedores realizaram as primeiras campanhas de negociação reconhecendo como interlocutores legítimos somente as Comissões Municipais<sup>46</sup> formadas pelos prefeitos e representantes das administrações municipais. Com esta política, o consórcio ignorava deliberadamente, a Comissão autonomamente organizada pelos atingidos, e intitulada “Comissão de Atingidos pela Barragem de Murta”<sup>47</sup>. Através da organização desta comissão, as famílias iniciavam sua luta, a qual ressaltava o esforço para se fazerem reconhecidos enquanto agentes políticos, com o status de mobilização coletiva (em contraste com as estratégias do Setor Elétrico que procurava caracterizar a resistência como uma reação isolada e fragmentada). Nas comunidades atingidas pela UHE Murta, a ruptura em relação às Comissões Municipais e a afirmação de uma nova identidade surgiram neste cenário.

No processo de licenciamento do AHE Murta, a construção do “atingido” se tornou importante enquanto elemento de identificação, já que a população atingida é composta por vinte e duas comunidades, algumas relativamente distantes umas das outras e as quais por vezes detêm pautas ordinárias de reivindicação distintas: recebimento de recursos do PRONAF, instalação de eletrificação, garantia de acesso às lavras e etc... De certo modo, não há uma homogeneidade em relação às suas condições materiais de existência. Contudo, a despeito destas diferenças estes sujeitos são momentaneamente aproximados, constituindo uma pauta comum (ALMEIDA, 1989). No confronto com técnicos consultores e representantes do consórcio, toda a diversidade social dos “atingidos” encontra um lugar de equivalência.

---

<sup>46</sup> As Comissões Municipais foram criadas por iniciativa das prefeituras, através de decretos municipais, sendo composta por atores do poder público e pessoas influentes residentes nas sedes urbanas dos municípios atingidos. Inicialmente, em Coronel Murta, tal comissão era designada “Comissão Municipal de Acompanhamento e Controle das Obras de Construção da Murta Energética S. A”. Nome este que já revela o propósito de sua atuação.

<sup>47</sup> Em 28/11/01 a FEAM é comunicada da constituição formal da Comissão de Atingidos pela Barragem de Murta, organização sem vínculos governamentais criada pelos moradores das comunidades atingidas. Ver parecer DIENI 006/2004.

Conflitos localizados, envolvendo aparelhos de poder, cujas instituições de caráter econômico implantam seus programas como uma ordem a ser acatada a todo custo, têm se agravado até um ponto insustentável de extrema tensão. No bojo destes antagonismos aguçados manifestam-se, todavia, condições favoráveis à aglutinação de interesses de grupos sociais diferenciados (ALMEIDA, 1989, p.4).

Nesse sentido, observamos a importância da constituição da “Comissão de Atingidos pela Barragem de Murta” como uma nova *unidade de mobilização* (ALMEIDA, 1989) que se apóia em uma categoria de identificação também inédita para as comunidades: “atingidos”.

**Moro na comunidade dos Pachecos e vou falar de nossos terrenos e nossas moradias. Nossas terras são boas, onde se planta, colhe. Temos nossa casa perto do rio e somos atingidos.** Na minha casa, eu coloco panela no fogo, faço comida pegando água no rio. Não queremos essa barragem e temos certeza de que este monte de gente que está aqui também não quer, porque o melhor lugar do mundo pra nós é aqui (S. – Comunidade dos Pachecos - Depoimento durante a Audiência Pública, em 15/10/2002).

Quando empregado nos estudos e relatórios de impacto ambiental para designar o conjunto da população que será afetada pelo empreendimento (seja através do deslocamento compulsório, seja a partir das alterações produzidas no ambiente local), o termo atingido assinala um estado passivo: as populações são parte do cenário de inserção do empreendimento e, nessa condição, também se enquadram como objetos da ação modificadora do projeto (VAINER, 1993a). Quando proferido pelo Setor Elétrico ou presente nos documentos elaborados pelos empreendedores o termo atingido se refere a esta significação cujo objetivo é a definição de um “público-alvo”. Nesta condição passiva, a palavra expressa o objeto de um controle, de uma manipulação, levando à “subordinação dos grupos locais a um exercício de engenharia social” (BARRETO FILHO, 2002, p. 7).

Nessa medida, é definido como “atingido” todo indivíduo que ocupa um imóvel ou reside no interior dos limites da área diretamente afetada ou da área de entorno do empreendimento. Observa-se que o termo adquire, então, uma função homogeneizadora,



ignorando a pluralidade de situações existentes nos locais: herdeiros ausentes, lavradores, garimpeiros<sup>48</sup>.

De acordo com Vainer (1993b), tanto em seu discurso quanto nas suas práticas de intervenção no espaço, o Setor Elétrico apresenta uma concepção particular de “meio ambiente” definindo-o como cenário de intervenção das técnicas hegemônicas. O olhar que produz sobre a própria população atingida também é devedor dessa racionalidade: a população não é apresentada como sujeito, mas como objeto impactado. Conseqüentemente, as comunidades não são vistas em seu caráter social, uma vez que estão reduzidas à condição de “meio ambiente da obra”. Logo, o sentido de “atingido” é apenas o de uma “população ambientalizada”.

De um lado o projeto, o empreendimento, o empreendedor; de outro lado, a região afetada, o meio ambiente impactado, a população atingida. Na verdade, de um lado um sujeito de ações, de outro lado o objeto, alvo ou campo de exercício destas ações (VAINER, 1993b, p.563).

Já quando proferido pelos moradores que se organizam, tal como revela a constituição da “Comissão de Atingidos pela Barragem de Murta”, o termo “atingido” reflete um deslocamento semântico. Não se trata de um público-alvo, ou do objeto da ação de um sujeito externo. Ao contrário, trata-se de evidenciar a existência local de sujeitos políticos, portadores de direitos e enunciadore de seus próprios projetos. O elemento que define o “atingido” já não é a condição passiva ou o fato de ser residente/proprietário na Área Diretamente Afetada e de Entorno (ADAE)<sup>49</sup>. Quando proferido com o sentido de uma auto-identificação, o termo “atingido” se refere ao reconhecimento de um propósito e de uma luta comuns. Trata-se não de homogeneizar, mas de construir uma identidade coletiva de caráter político.

---

<sup>48</sup> No caso da UHE Murta, a invisibilidade dessa pluralidade resultou numa avaliação de impacto ambiental que ignora os efeitos produzidos pelo empreendimento sobre a diversidade de atividades econômicas. As famílias que auferem renda com o garimpo, por exemplo, terão suas atividades inviabilizadas e suprimidas. Contudo, grande parte dessas famílias não são consideradas “atingidas” porque residem fora dos limites da ADA. Ver Informações Complementares - dez de 2004 e Jornal Estado de Minas – “Usina engole Garimpo: construção da hidrelétrica de Murta, no Vale do Jequitinhonha, ameaça exploração de turmalinas, complemento da renda de moradores, que vivem da agricultura familiar” – Caderno Gerais, 11/04/2005, p.20.

<sup>49</sup> No caso da UHE Murta há alguns membros da Comissão de Atingidos pela Barragem de Murta que residem na sede urbana de Coronel Murta.



Audiência Pública da UHE Murta em 15/10/2002. “Atingidos” exibem cartões vermelhos em sinal de reprovação ao pronunciamento do empreendedor.  
Foto: Arquivo GESTA, 2002.

É através dessa “improvisação semântica” (SAHLINS, 2003), a qual inverte o sentido de termo “atingido”, que se compõem e se atualizam identidades<sup>50</sup> e modos de significação das coisas. Sob o território e sob aqueles que o ocupam repousa um novo olhar. Nesse caso, é também significativo que a Comissão **dos Atingidos** pela Barragem de Murta tenha surgido em contraposição à atuação das antigas Comissões Municipais. Nesse sentido, a nomeação, manifesta na troca do termo “municipal” por “atingidos”, se torna instrumento importante, pois, define as fronteiras de pertencimento de um grupo que encontra não só um objeto de luta comum, mas o compartilhamento de experiências e visões de mundo que se contrapõem àquelas proferidas pelos agentes localizados no pólo oposto do campo: empreendedores, consultores, prefeitos, vereadores. Nesse sentido, tal como propunha Da Cunha:

[...] a identidade é construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, que ela constitui uma resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais forma um

---

<sup>50</sup> Pensa-se a noção de identidade aqui como algo histórico e relacional e não substantivo, como processo simbólico e social de auto-designação, formas de ver e identificar o Mesmo e o Outro. Assim, seguimos as análises de Barth (1997), Carneiro da Cunha (1985), Montero (1997).

sistema. É uma estratégia de diferenças [...] se a identidade repousa numa taxonomia social, resulta de uma classificação, deriva daí que ela é um lugar de enfrentamentos (CARNEIRO DA CUNHA, 1985, p.206).

Nessa perspectiva, as mobilizações locais não podem ser vistas apenas por seu caráter reativo, e enquadrados sob a rubrica de “efeitos sociais de grandes projetos”, conforme analisa Sigaud (1988). Elas apresentam também um caráter propositivo e sua atuação modifica os próprios padrões de relação política no local. Os processos sociais desencadeados a partir do licenciamento da UHE Murta são expressão de lutas históricas gestadas no interior de um *campo*. Estes processos definem não apenas o caráter ou a direção dos efeitos sociais de um grande projeto, mas redefinem posições, correlações de força, sentidos culturais e projetos sociais. Ao abordarmos tais processos sob a rubrica de “efeitos sociais de grandes projetos”, corremos o risco de admitir que a resistência, a mobilização e as estratégias de associação das comunidades locais são “impactos positivos” dos projetos industriais de grande escala, conforme proferem os próprios agentes empreendedores. Esta leitura esvazia o próprio caráter político desses movimentos locais, transformando a complexidade dos processos sociais numa relação mais simplificada de causa e efeito, de acordo com o que revela o próprio exame de Sigaud (1987) acerca da região atingida pela barragem de Sobradinho: “... uma espécie de **laboratório de mudança social, com desdobramentos previsíveis** a partir da análise da estrutura das relações sociais historicamente construída e preexistente à mudança” (SIGAUD et al, 1987, p.218).

Ao contrário, como argumenta Almeida (1989) estas mobilizações representam muito mais do “simples respostas a problemas localizados” (ALMEIDA, 1989, p.5). As práticas inauguradas por estes movimentos são capazes de alterar os padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com as instâncias de intermediação. No caso de Murta, o fato da comissão de atingidos ter rompido com as administrações municipais provoca fissuras no modelo tradicional de relação com as instâncias locais que detêm poder – significa anular o mediador tradicional, estabelecendo parcerias que são captadas além desses limites regionais, o que ocorreu quando representantes dos atingidos solicitaram a assessoria do GESTA/UFGM no início do ano de 2002 .

Desse modo, no caso de Murta não observamos uma simples replicação das formas de ação política precedentes. Os “atingidos” não fizeram dos sindicatos o espaço de mobilização e discussão da questão da barragem e tampouco se conformaram com o recurso ao poder mediador das prefeituras. A criação de novas organizações tem continuidade com a *Associação Cooperativista Regional dos Trabalhadores Agroextrativistas em Defesa do Meio Ambiente e da População do Jequitinhonha e Norte de Minas* - ACRAVAN e novos projetos que sugerem ações que não apresentam apenas caráter reativo. Este fato é significativo para a análise das reações da população atingida pela AHE Murta, pois no processo de mobilização, o movimento que se formara com apoio de membros isolados da Igreja, seguiu em frente como uma experiência autônoma não vinculada aos sindicatos ou às prefeituras. A reação da população escapava dos registros do sindicalismo e da ação política que têm como referência o conflito entre capital e trabalho. Assim, mais do que uma luta de classes em torno da apropriação de base material, estes conflitos localizados colocam em pauta distintos projetos sociais territorializados (ACSERALD, 1997). Segundo Almeida (1989) muito além dos quadros do clientelismo, dos movimentos de classe e das organizações sindicais, estas mobilizações de caráter local têm se expressado através de novas formas de associação e de luta.



Reunião entre “atingidos” sua comissão e a equipe de assessoria.  
Comunidade de Mutuca de Baixo – Foto: Arquivo GESTA, 2002.

Como consequência da organização e resistência das comunidades locais que denunciam a má qualidade dos estudos de impacto ambiental apresentados pelo empreendedor, a FEAM solicitou, em maio de 2003, novos levantamentos sob a forma de Informações Complementares Pós-Audiência Pública, as quais deveriam ser entregues em até quatro meses, conforme a previsão legal<sup>51</sup>. Todavia, diante da concessão de adiamentos e da não observância dos prazos<sup>52</sup>, a FEAM emitiu pareceres técnico e jurídico<sup>53</sup> recomendando o indeferimento da Licença Prévia e o arquivamento do processo administrativo.

Atualmente o processo de licenciamento da UHE Murta aguarda a avaliação do COPAM e, após sete anos, as comunidades atingidas ainda vivem sob a constante ameaça do deslocamento compulsório, o que tem sido causa de grande tensão e preocupação.

Em janeiro de 2005, a ANEEL expediu, a pedido do empreendedor, autorização para realização de novas sondagens e levantamentos geológicos para Estudos de Projeto Básico da UHE Murta. Segundo reportagem do Jornal Estado de Minas de 11/04/2005 e informativo produzido pelo consórcio, tais levantamentos têm como objetivo a avaliação de um local alternativo para a implantação do eixo da barragem. Esta modificação, contudo, implicaria uma perda de 20% em termos de potência instalada<sup>54</sup>. Segundo entrevista ao Jornal Estado de Minas, o atual Secretário de Meio Ambiente afirma que o processo se encontra atualmente em “sobrestado”, aguardando as decisões da ANEEL relativas à proposta de mudança do eixo. Apesar disso, as comunidades atingidas permanecem preocupadas, pois as sondagens recentes foram realizadas em parceria com a CEMIG cuja participação representa a agregação de uma nova força política ao caso.

A usina hidrelétrica de Murta, no entanto, não constitui um projeto isolado, ao contrário, é parte de um contexto mais amplo em que se produz uma nova “frente de expansão” para o Vale do Jequitinhonha. Iniciada ainda na década de 1980, através do “Programa Novo

---

<sup>51</sup> Decreto Estadual nº 39.424 de 05 de fevereiro de 1998.

<sup>52</sup> Em setembro de 2003, os empreendedores enviaram uma carta à FEAM reclamando sobre as exigências da ANEEL e pedindo o adiamento do prazo até fevereiro de 2004. Tal adiamento foi atendido, mas o prazo não foi observado.

<sup>53</sup> Parecer Técnico DIENI 006/2004 e Parecer Jurídico de 19/03/2004.

<sup>54</sup> Estado de Minas 11/04/2005 – Caderno Gerais, p. 20.

Jequitinhonha”, esta nova proposta de ocupação do território do Vale permanece marcada pela ótica hegemônica do mercado, a partir da qual a região é compreendida pelos signos da estagnação econômica e da pobreza (ZHOURI & OLIVEIRA, 2005).

## **Capítulo IV: A Construção do Território: diferentes topologias**

Cabe agora explorar as diferentes visões de território articuladas pelos segmentos sociais em disputa. O objetivo desta seção é, portanto, investigar as topologias distintas contidas nos discursos dos consultores e empreendedores (representantes do Setor Elétrico), em contraste, com a concepção local de território que prevalece junto às comunidades rurais atingidas pela UHE Murta.

### **4.1 A topologia da UHE Murta:**

Os significados atribuídos ao território pelo Setor Elétrico podem ser vistos como uma manifestação particular do seu projeto mais geral de modernidade. De acordo com Santos (1999), a racionalidade moderna modula agora o espaço. Após atingir as leituras religiosas do mundo modificando as esferas da economia, da política e da estética (WEBER, 2002), a racionalidade atinge o território, através da concepção do meio ambiente como capital. Nessa medida, o uso do espaço deve ser regido pelos princípios de eficiência, previsibilidade e cálculo que maximizem a relação entre custo/benefício.

A racionalidade nesse fim de século chega ao território; ou seja, ela não é apenas uma categoria da sociedade, da economia e da política. O próprio território, em certos lugares, acaba por tornar-se racional. Racional dessa racionalidade sem razão. Haveria uma produtividade espacial. Dentro de um certo tipo de economia hegemônica há espaços que são mais produtivos do que outros, e assim ter-se-ia que medir, ou ao menos considerar produtividades espaciais diferentes segundo os lugares, o que tornaria possíveis participações diferentes no processo global. (SANTOS, 1999, p. 17).

Dentro dessa perspectiva compartilhada pelo Setor Elétrico, o Vale do Jequitinhonha é visto como um espaço marginal ao projeto econômico vigente. Sob o signo da pobreza e da miséria, configura um espaço improdutivo, uma nova fronteira de recursos. A mesma imagem se repete em outros casos, conforme relatam as análises de Gunn (1989) sobre o complexo hidrelétrico de Pedra do Cavalo, no Recôncavo baiano, e de Natal & Guedes

(1997) acerca da implantação de usina de Serra da Mesa no centro-oeste do país. Conforme apontam estes autores, a inserção planejada destes projetos está vinculada aos objetivos de uma reestruturação territorial da economia. São novas propostas de apropriação destas áreas “periféricas”.

Pautados pela *idéia-força* (CARVALHO, 1991) de *desenvolvimento* (RIBEIRO 2000; ESTEVA, 2000) ou pelo ideal de consenso e de compatibilização entre crescimento econômico e conservação dos recursos, os projetos hidrelétricos se disseminam pelo espaço. A conclusão do RIMA elaborado para o licenciamento da AHE Murta aponta não só essa imagem de carência e estagnação econômica, quanto revela uma estreita associação entre a implantação do empreendimento e a promoção do “desenvolvimento” na região:

No caso da UHE Murta, ao lado dos evidentes benefícios de sua implantação para o país, especificamente para a região que ainda é carente de infra-estrutura indispensável ao seu desenvolvimento sustentado, os benefícios são ainda maiores, tornando-se o empreendimento uma das únicas fontes indutoras de desenvolvimento, no horizonte temporal de médio prazo (3 a 5 anos)” (D’ALESSANDRO & ASSOCIADOS, 1998, p.82).

Assim, inversamente à idéia de que seja um projeto excludente e degradador, a destinação do território do Vale do Jequitinhonha à construção de hidrelétricas é vista como uma espécie de aproveitamento eficiente de recursos, conforme demonstra o trecho da entrevista concedida pelo diretor-superintendente da Murta Energética S A. ao Jornal Estado de Minas:

Nós entendemos que essa negociação [com a ANEEL com vistas a alterações no projeto] deve ser feita **levando em conta os benefícios econômicos que o projeto vai trazer para uma região pobre**, especialmente a atração de indústrias proporcionada pela maior oferta de energia elétrica nos municípios (Jornal Estado de Minas – 11/04/2005, Caderno Gerais, p.20).

Segundo Santos (1999), cada ramo do mercado produz uma topologia específica manifesta na sua distribuição pelo espaço, nos usos atribuídos ao território e nas demandas que estão relacionadas ao seu projeto. Se examinarmos a topologia produzida pelo Setor Elétrico, verificamos dois aspectos relevantes: a produção da exclusão e a homogeneização dos territórios. Nestes casos, a exclusão é expressa, de modo evidente, nos processos de





Essa racionalidade que atinge o território é, então, expressa na visão dominante da natureza como recurso, de acordo com que descreveu Carvalho: “A natureza desencantada, desanimada foi sendo, ao longo dos séculos, interpretada pela racionalidade instrumental e científica como um conjunto de recursos naturais, matérias-primas e fontes energéticas” (CARVALHO, 1991, p.5).

Não obstante, esta topologia produzida pelo Setor Elétrico é devedora de sua “estratégia territorial patrimonialista” na qual se destaca a concepção do território como um conjunto de “propriedades” e “imóveis” a serem removidos. Como assinalam Vainer e Araújo (1990), as empresas procuram assumir a propriedade da área de inserção do empreendimento e os mecanismos utilizados para alcançar este objetivo se resumem à compra de “imóveis”:

Não há população, não há trabalhadores ou moradores, há apenas proprietários. E, nestes termos, o deslocamento da população se resume e se resolve através de uma infinidade de ações individualizadas de compra-venda (VAINER & ARAÚJO, 1990, p.21).

Nessa perspectiva, o reassentamento da população atingida é geralmente concebido como um simples processo de transferência material ou como mera transação mercantil efetivada através da reposição física e da indenização. No caso de Murta, esta estratégia fica evidente nos estudos de impacto ambiental e, especialmente, no Programa de Relocação do Povoado de Barra do Salinas cuja única base de dados é a contagem, através de sobrevôos, do número de casas existentes na localidade. Desse modo, a diversidade de relações sociais e significados associados ao território é reduzida a uma aglomeração de imóveis, onde a única relação social pertinente é a condição de “proprietário”, conforme ilustra o trecho seguinte extraído dos Estudos de Impacto Ambiental da UHE Murta: “as propriedades rurais são passíveis de migração compulsória”<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> "Atendimento ao Pedido de Informações Complementares ao EIA/RIMA", D'Alessandro & Associados: 2001. Vol. II, questão 2.1.2, pág. 2.

Da mesma forma, o Programa de Reassentamento das comunidades rurais está baseado na identificação de áreas viáveis, tarefa que foi realizada sem que o sistema produtivo das famílias fosse analisado. Foram, assim, desconsideradas a variedade de ambientes concebidos pelas formas locais de organização e classificação do espaço e as relações sociais que o preenchem. Ignorar este sistema local resulta na suposição de que o reassentamento consiste na simples transferência das famílias para áreas que apresentem a mesma extensão em hectares. Realizam-se sobrevôos porque não é preciso aproximar, conhecer e dialogar, pois, as práticas e saberes da população local são de antemão “inadequadas”. Daí a identificação de repetidas expressões tais como: “baixo nível tecnológico”; “manejo inadequado”; “subutilização dos recursos” e outros tão comuns nos estudos de impacto ambiental, como outros autores já destacaram:

[...] ao tentar expropriá-los os empreendedores de barragens expropriam o seu saber, tanto seu saber social e político (a sua arte de viver e de se relacionar no seu espaço tradicional) quanto seu saber técnico de produtores agrícolas, pescadores... (LEROY et al, 1990, p.55).

Em consonância com esta perspectiva, a visão de território que Setor Elétrico produz pressupõe “indivíduos” e não coletividades. Ela mobiliza uma imagem prévia do indivíduo com padrão de vida urbano, portador da mesma racionalidade, dos mesmos interesses e aspirações cujo fim último é maximizar o consumo de bens, ignorando que nas comunidades atingidas pela UHE Murta, a família e a comunidade são ordens morais que regem as relações sociais cotidianas. Dessa invisibilidade das coletividades resultam a desqualificação e a negação das mobilizações e movimentos locais. Um exemplo é a recusa em reconhecer a “Comissão de Atingidos pela Barragem de Murta” como interlocutor legítimo.

A atuação do Setor Elétrico resulta, portanto, em processos de “desqualificação política” e “descaracterização sociocultural” das populações atingidas (ACSERALD, 1991). Com efeito, o território é tratado como um espaço homogêneo, como conjunto de “propriedades” improdutivas a serem indenizadas ou como o somatório de imóveis, enquanto para as comunidades locais prevalece a classificação descrita na introdução onde se destacam paisagens diversas que compõem, necessariamente, “terras construídas” (GALIZONI,

2000). Em oposição a um ideal de relocação viável, a classificação local ressalta que os diversos tipos de paisagens não são intercambiáveis, mas necessariamente complementares, conforme explica um entrevistado:

- E: Tem a área da vazante que é uma área úmida. É plantio nessa época de...de ... de mês de abril, época que não chove. E tem o tabuleiro que a gente planta, sempre é vingado o mantimento porque também tá perto da umidade da água. **Quer dizer que as terras são uma pela outro.** Quer dizer que é uma classificação de um pela a ... o sustento da água, né?. Agora, nós somos uma terra pela outra. Agora essa terra que faz parte, acompanhando essa área do tabuleiro, já é uma terra de terceira classe. Quer dizer, ela é uma terra escorrida, de terceira classe, quer dizer, ela é uma terra escorrida, mesmo a terra mais fraca... Agora a cabeceira em cima já demetre boa, não é igual a de baixo. Questão da água, né? Agora, todas elas são produtivas. Dá de baixo a cima. O tempo que vem a chuva das nuve, que Deus manda para nós, ela produz.  
(Entrevista com morador da Comunidade de Morrinhos)<sup>56</sup>.

Os efeitos decorrentes da visão que os representantes do Setor Elétrico produzem sobre o território são extremamente negativos para as populações locais submetidas ao deslocamento compulsório. Frequentemente, para estes segmentos sociais a racionalidade econômica não prevê um olhar estritamente mercantil em relação à terra (ABRAMOVAY, 1998; WOORTMANN, 1990). Em geral, os vínculos que estas populações mantêm com o território se estendem a um espaço muito mais amplo do que aquela porção efetivamente ocupada com culturas produtivas. Em geral, trata-se de um território que não consiste apenas no espaço físico, mas que constitui também o quadro das relações sociais travadas entre as famílias e as comunidades. Trata-se de um espaço mais amplo relativo à rede de sociabilidade local (BLOEMER, 2001).

Diante deste quadro, as unidades de mobilização locais que lutam para evitar o deslocamento compulsório ou para terem reconhecidos seu direito de permanência expressam também o desejo de reconhecimento de modos de vida específicos, de visões e valores que supõe um outro modo de pensar o sentido e o destino dos territórios, conforme destacaram Leroy e outros:

---

<sup>56</sup> Entrevista realizada pela Profª Andréa Zhouri (coordenadora do GESTA) em 2003.

O significado político dessa luta não pode ser reduzido à luta de resistência para permanecer na terra ou à obtenção de uma boa indenização que possibilite a compra de terra ou mesmo o reassentamento. A luta dos atingidos contém elementos de defesa de um modo de vida e de uma relação econômica-cultural com o espaço ambiental, ancorados na manutenção de valores e de relações sociais que não podem ser ‘realocados’ (LEROY et al, 1990, p.54).

Mas, se a disseminação dessa racionalidade dominante impõe para o cientista social a análise de suas expressões, resultando no exame dos espaços de globalização (Estado-nação, mercado...) e dos fluxos econômicos hegemônicos, por outro lado, ela também exige que a análise repouse sobre a produção de espaços e relações de comunhão e comunicação, ou seja, a leitura dos fluxos dominados.

#### **4.2 A topologia das comunidades “atingidas” pela UHE Murta: o território como quadro de sociabilidade.**

Em contraste com a visão do território como “recurso” ou conjunto de imóveis, para a população local, a posse da terra está intimamente relacionada à reprodução econômica e social das famílias e das parentelas onde os regimes de herança e padrões de residência pós-marital conformam um espaço de trocas e de reciprocidade. Nesse sentido, não se trata apenas de ter um espaço físico disponível, mas da existência das condições sociais consideradas necessárias para a realização plena de uma família. Dentre estas condições, destaca-se a existência de um grupo de parentes, de relações que viabilizem a reprodução social do grupo. Este princípio é expresso por uma entrevistada através dos seguintes dizeres: “casou é casa”.

E: Hoje ele [seu filho] tornou a chegar aqui cedo, eles tava dormindo, tornou a entrar aqui panhou outro saco de rama que tava cortada, foi prantá, chegou aqui dez horas. [trecho inaudível] Agora diz ele que vai pescar essa tarde, ele num queta não, já chega com uma coisa ou com outra e me ajuda. Saiu de casa ainda era muito cedo, **mas como diz, casou é casa, né? Então, teve que fazer esse barraquinho aí, mas o enchimento é mesmo, tanto lá como aqui, dorme lá, dorme naqui.** (Entrevista com moradora da Comunidade dos Prechedes)<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Entrevista realizada por Raquel Oliveira e Marcos Zucarelli – membros da equipe do GESTA em maio de 2003.

No contexto etnográfico analisado por Garcia Júnior (1989) este mesmo princípio é traduzido pela expressão “ter chão de casa”, o que implica não só uma extensão de terra, mas também um “espaço” de relações sociais entre parentes, conforme destacou o autor: “não se trata, contudo, apenas da disponibilidade física de um terreno, mas das relações sociais que definem as obrigações e os direitos da unidade doméstica que se instalará naquela casa” (GARCIA JÚNIOR, 1989, p.159).

No caso de Murta, esta organização social se manifesta em termos espaciais através do “morar em volta” e da “terra no bolo” a qual prevê uma unidade de residência para os grupos domésticos pertencentes a uma mesma família. O bolo é sempre composto pelo conjunto de parentes co-herdeiros. E é frequentemente dentro do bolo e da “comunidade” que se atualizam as relações de reciprocidade. Estas se destacam nas obrigações dos cônjuges para com suas famílias de origem, especialmente na obrigação da troca de tempo de trabalho, a chamada “troca de dias”.

- E: Eu tenho ... sete filho. Tem um que tá comigo, os outros já casou.
- P: Mas eles moram em outro lugar ou eles moram na comunidade?
- E: Nãooo... mora na ... uns moram na comunidade aqui vizinha, né? na margem do Jequitinhonha. E outros moram lá na ...
- P: E eles tem ... cada um tem sua terra? Como que é? Cada um tem sua ... seu recurso de vida?
- E: Acontece de eles até criar mais eu lá também, mas ... eles ... e me ajudar também no trabalho, mas ... e até fazer uma rocinha lá também. Mas eles também tem seus recursos deles.
- P: Tem o recursos deles, mas de vez em quando ele ... trabalha e leva os recursos do senhor também
- E: tem ... tra... **e leva os recursos do meu também. Eu também pego recursos deles também, porque a família tem que ser um pelo outro. Geralmente o vizinho é um pelo outro ... como se... a família, né? Então sai na mesma.**  
(Entrevista com morador da Comunidade de Morrinhos – grifos acrescidos)<sup>58</sup>.

Assim, o confronto dessas “localidades” com os projetos do Estado-Nação se torna ainda mais evidente na ameaça representada pela força e densidade dos compromissos e conexões locais, pelo movimento das interações locais cuja dinâmica escapa aos objetivos

reguladores do Estado (APPADURAI, 1997). Além disso, a “produção da localidade” implica a produção de alteridades que contrastam com as necessidades de ordenação, de padronização e de homogeneização dados pelos projetos de desenvolvimento. No confronto, o local se manifesta como *lugar* (AUGÉ, 2003) é, portanto, identitário e relacional.

Durante o confronto, ocorre a produção de um novo recorte espacial porque o território não havia sido antes demarcado dessa forma, colocando sob um mesmo ponto de equivalência comunidades que se encontram relativamente distantes para os quadros de sociabilidade cotidianos. Este recorte se torna referência para a (re)ordenação das antigas esferas de pertencimento, bem como, para a expressão de uma nova identidade: a de atingidos.

Esta perspectiva analítica coaduna com a proposta de Santos (1999), em que o território é sempre composto a partir de mosaicos. Haveria, então, eventos específicos que levariam a sua produção histórica e geográfica, permitindo a realização do território como projeto coletivo. No caso da implantação da barragem de Murta, esse fenômeno se materializa na própria constituição da Comissão de Atingidos pela Barragem de Murta ou nos eventos em que esta identidade emerge com sentido de enfrentamento, tal como ocorreu na Audiência Pública do empreendimento. Constitui-se, assim, esse “acontecer-solidário” de que fala Santos (1999).

Ao mesmo tempo que o grupo se apresenta e se constitui enquanto um agente coletivo no cenário da disputa política, inicia-se um processo de reconstrução e ressignificação do território apresentado como *lugar* (AUGÉ, 2003). Ocorre, assim: “... a mobilização de estruturas de sentimento que permeiam a imaginação da comunidade – [processos] que participam em primeira instância da construção do espaço como lugar ou localidade” (GUPTA & FERGUSON, 2000, p.34).

Os significados e identidades em jogo surgem a partir desse quadro de conflito que ameaça as condições de reprodução física e social das populações locais. A construção da barragem

---

<sup>58</sup> Entrevista realizada pela Prof<sup>a</sup> Andréa Zhouri (coordenadora do GESTA) em 2003.

se torna, assim, o evento contingente que desperta a revisão das categorias e sentidos elaborados pelos grupos sociais colocados em confronto. Neste contexto, a atividade da *memória coletiva* criada e recriada continuamente se intensifica e ganha relevo (HALBWACHS, 1990), pois, é através desse esforço coletivo que os grupos redefinem o significado de seu território e reconstroem identidades, reinventando o passado no presente.

É parte deste contexto, o processo de resignificação do contraste rural/urbano marcada pela valorização e idealização do modo de vida das comunidades articulado, no plano do discurso, em oposição às condições da vida “urbana”, conforme revelam as entrevistas transcritas abaixo:

Graças a Deus a gente tá folgado, a gente vive do que é nosso (Moradora da Comunidade de Mutuca de Cima).

Morar na rua pra colocar feira na lata eu não quero não (Morador da Comunidade de Lavrinha).

O termo “rua” designa o espaço da cidade, dos centros ou sedes urbanas que também podem ser designados “comércio”. Já a expressão “colocar feira na lata” pode apresentar dois sentidos que estão inter-relacionados: a feira designa o montante que é comprado para complementar o consumo da família, portanto, poderíamos interpretar que colocar feira na lata é atitude própria de quem vive na cidade, significa comprar mantimentos ou consumir a comida enlatada. Um outro sentido complementar é o fato que a palavra “lata” é utilizada para designar a “marmita”. Desse modo, “colocar feira na lata” significa comer na marmita – atitude própria somente quando a migração se faz temporária, nos períodos de corte de cana de açúcar, mas que de maneira alguma pode ser aceita como permanente. É uma ação provisória que não pode estar associada ao “morar”. A marmita ou “feira na lata”, nesse caso, resume a expectativa da mudança em todo o seu modo de vida, já que significa transformar o que era provisório em permanente, o complementar em principal, resultando numa nova concepção de trabalho. Em suma, perder a terra e ter somente a marmita é perder também a autonomia tão valorizada no trecho antecedente e nos depoimentos seguintes proferidos durante a Audiência Pública. Aqui, o contraste entre o modo de vida local e a vida na “rua” é expresso através da oposição entre o “salário” e o “ganho dos braços”, como revelam os depoimentos a seguir:



Não adianta falar que a região é pobre, que o povo passa fome, porque não passa... Aonde a gente passa fome, não tem o pão na mesa. **A cada dia que um trabalhador desses sai pra ir à cidade, ele tem que ter dinheiro no bolso para comer, a cada dia que um sai da cidade e vem à nossa casa na roça, ele não precisa ter um centavo no bolso, porque ele almoça e toma café na nossa casa** (J. A presidente da FETAEMG e atingido pela barragem de Irapé -Depoimento durante a Audiência Pública, em 15/10/2002).

**Nossa comunidade são 50 famílias e todas elas vivem independente, não temos nenhuma necessidade de sair corrido por causa da barragem. Eu tenho fé em Deus de que nunca vai acontecer de fazer uma barragem em nosso meio, em nosso município. Não temos condição de ir pra cidade, porque vamos passar fome, não temos salário nenhum, só temos os braços para trabalhar e sobrevivermos da nossa terra** (M. A – Comunidade de Mutuca de Cima -Depoimento durante a Audiência Pública, em 15/10/2002).

**Essa terra é muito boa e a gente vive do nosso suor e temos que dar valor ao nosso trabalho. Somos pobres, se formos para a rua vamos morrer de fome. Não tenho salário, meu marido também não tem salário. Como é que vamos viver? Temos de viver dos nossos braços.** Então quero dizer que não quero a barragem e que isso é uma coisa muito ruim. Na minha vazante dá milho, batata, abóbora, quiabo, tomate, cebola, alho. Na roça dá de tudo também. [...] Se a barragem sair pra mim é uma morte. Como vamos viver? (B. Comunidade de Limoeiro - Depoimento durante a Audiência Pública, em 15/10/2002).

Nas representações das comunidades atingidas pela UHE Murta as dificuldades e problemas cotidianos são temporariamente suspensos do discurso que ressalta os aspectos positivos da produtividade, da fartura, e da própria “vida em comunidade”, conforme destacou Appadurai:

A reterritorialização pode envolver o esforço de criação de novas comunidades residenciais localizadas que não se fixem no imaginário nacional, mas apenas num imaginário de autonomia local ou de soberania de seus recursos (APPADURAI, 1997, p.43).

É nesse sentido que o discurso dos moradores atingidos gravita em torno de pares de oposição que funcionam como signos diferenciadores: riqueza/pobreza; salário/ganho nos braços; a “rua”/vida na comunidade. Articulando estes significados, as comunidades interrogam o controle taxionômico que o Estado exerce sobre a pluralidade e a diferença,

homogeneizando-as. Essa homogeneização recobre não só os territórios quanto as próprias formas sociais a que estes territórios estão referidos. Para o Setor Elétrico, revestir sob o signo de “pobre” tudo aquilo que ele deseja transformar é mais fácil do que se abrir para compreender o que lhe é estranho.

## **Conclusão:**

Analizamos diferentes modos de realizar o sentido e o destino dos territórios. Nesse caminho, encontramos uma profunda articulação entre os fenômenos culturais e políticos envolvidos na implantação de projetos hidrelétricos: os processos de imaginação e construção do território emergem nestes contextos de conflitos e apresentam um expressivo conteúdo político. Por outro lado, a dinâmica de produção e revisão de sentidos culturais se associa à formação de mobilizações locais e à emergência da identidade de “atingidos”. Inaugura-se um ponto de equivalência a partir do qual é possível proferir discursos que estão assentados sobre referências e significados compartilhados. O confronto torna as posições marcadas faz surgir um lugar-comum a partir do qual as famílias realizam a defesa de seu patrimônio, do seu “lugar”.

Conforme examinamos, a visão que o Setor Elétrico constrói sobre o território esvazia estes sentidos locais. Devedora de uma outra racionalidade com relação ao significado e uso da terra, a topologia produzida por este ramo do mercado jamais consegue apreender a complexidades das formas locais a partir das quais as comunidades concebem, organizam, usam e classificam o espaço.

Contudo, a força destes significados e a densidade das redes de relações que se estabelecem no local tornam possível a (re)construção do território enquanto processo social que interroga e desafia os propósitos ordenadores dos Estados-Nação e de seus projetos de desenvolvimento. Enquanto “local de relações”, a concepção de território articulada pelas comunidades propõe a imaginação de uma nova esfera de pertencimento, na qual o ideal de progresso nacional ou regional é menos importante do que a manutenção das condições de vida que permitiram ao longo dos anos a construção de um patrimônio.

As mobilizações dos atingidos lutam para explicitar esse cenário de conflito, de forma que se evidencie o caráter arbitrário dos sentidos hegemônicos que são oficialmente atribuídos ao território.

## Referências bibliográficas:

ABRAMOVAY, Ricardo. Os Limites da Racionalidade Econômica. In. ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC/ UNICAMP, 1998, p. 99 – 131.

ACSERALD, Henri. “As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais” In. ACSERALD, Henri (Org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004a, p. 13-35.

ACSERALD, Henri. “Conflitos Ambientais – atualidade do objeto” In. ACSERALD, Henri (Org.) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004b, p. 7-11.

ACSERALD, Henri. Internalização de custos ambientais – da eficácia instrumental à legitimidade política. In. *Cadernos do IPPUR/UFRJ*, Ano IX, nº 14, p.13-27, jan/dez, 1995.

ACSERALD, Henri. “Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas” In. ACSERALD, Henri; Pádua, José Augusto & HERCULANO, Selene. *Justiça Ambiental e Cidadania* (Orgs). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004c, p.23-39.

ACSERALD, Henri. “Planejamento Autoritário e Desordem Socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí” In. *Revista Administração Pública*, nº 25 (4), p. 53-68, out/dez de 1991.

ACSERALD, Henri. Sustentabilidade e Território nas Ciências Sociais In. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, VII, 1997. *Anais Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento*. Recife: 1997, vol 3, p.1910-1934.

ACSERALD, Henri; Pádua, José Augusto & HERCULANO, Selene. *Justiça Ambiental e Cidadania* (Orgs). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu – uma crítica xamânica da economia política da natureza In. ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida Rita (Orgs). *Pacificando o Branco: cosmologias do contato norte-amazônico*, São Paulo: Editora da UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.239-274.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia In. *Reforma Agrária*, p.4-7, abril/julho, 1989.

APPADURAI, Arjun “Disjunção e Diferença na Economia Global” In. FEATHERSTONE, Mike (Org.) *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1990, p.311-327.

APPADURAI, Arjun. “Soberania sem Territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional” In. *Novos Estudos CEBRAP* nº 49, p. 33-46, novembro 1997.

ÁRABE, Najla Cotrim. *Análise de dados sócio-econômicos do Vale do Jequitinhonha - MG utilizando o Geoprocessamento*. Monografia – Curso de Especialização em Geoprocessamento. Belo Horizonte: UFMG/IGC, 1998.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supramodernidade*. Campinas: Papirus, 2003.

BARTH, Fredrik. “Grupos Étnicos e suas Fronteiras” – Introdução. In. POUTIGNAT, Philippe & STREIF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. FERNANDES, Élcio (Trad.) São Paulo: Editora da UNESP, 1997, p. 187-227.

BERMANN, Célio. *Energia no Brasil: para quê? Para quem? Crise e Alternativas para um país sustentável*. São Paulo: Livraria da Física/FASE, 2002.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. “A Hidrelétrica de Campos Novos: camponeses, migração compulsória e atuação do Setor Elétrico” In. REIS, Maria José & BLOEMER, Maria Sens (Orgs.) *Hidrelétricas e Populações Locais*, Editora da UFSC, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2001, p.93-118.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In. ORTIZ, Renato (Org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983, p.45-81.

BOURDIEU, Pierre. Fielwork in Philosophy. In. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990a, p.16-48.

BOUDIEU, Pierre. Espaço Social e Poder Simbólico. In. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990b, p.149-168.

BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma sociologia reflexiva” In. *O Poder Simbólico*. TOMAZ, Fernando (Trad.) 5ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.17-58.

CARNEIRO, Éder Jurandir. “A oligarquização da ‘política ambiental’ mineira”. In. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARNEIRO, Éder Jurandir. *Modernização Recuperadora e o Campo da Política Ambiental em Minas Gerais*. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, Isabel. Ecologia, Desenvolvimento e Sociedade Civil In. *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, nº 25(4), p. 4-11, out/dez de 1991.

COSTA, Vanja de Azevedo. Saúde Mental e Modernização: impactos da barragem de Tucuruí sobre os pequenos produtores In. *Cadernos do CEAS*, Salvador, nº133, p.51-67, 1991.

COUTO, Rosa Carmina de Sena. Saúde e Projetos de Desenvolvimento na Amazônia: a caso das hidrelétricas. In. *Novos Cadernos do Naea*, vol.2, nº 2, dezembro 1999.

D’ALESSANDRO & ASSOCIADOS. Atendimento ao pedido de Informações Complementares ao EIA/RIMA – UHE Murta, Belo Horizonte, 2001.

D’ALESSANDRO & ASSOCIADOS. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) – AHE Murta, Belo Horizonte, 1998.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In. MATTO, Daniel (Coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 99-110.

DE SOUZA, Angela M. Tude. As Políticas de Gestão da Força de Trabalho e as Condições de Vida do Trabalhador das Obras Barrageiras In. *Travessia - Revista do Migrante* – “As Migrações e as Barragens” CEM – Centro de Estudos Migratórios – São Paulo, p.25-32, jan/abril 1990.

DOS SANTOS, Silvio Coelho & NACKE, Anelise Povos Indígenas e Desenvolvimento Hidrelétrico na Amazônia In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 8, vol.3, p.71-83 out/1988.

DOS SANTOS, Silvio Coelho. As Hidrelétricas, os Índios e os Direitos In. REIS, Maria José & BLOEMER, Maria Sens (Orgs.) *Hidrelétricas e Populações Locais*, Editora da UFSC, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2001, p.19-37.

DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

DUQUÉ, Ghislaine. A Experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens In. *Cadernos do CEAS*, Salvador, nº 91, p.30-38, maio/junho de 1984.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento In. SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. JOSCELYNE, Vera Lúcia; GYALOKAY, Susana de & CLASEN, Jaime A. (Trad.) Petrópolis: Vozes, 2000 p. 59-81.

FORTES, Meyer. Introduction. In. GOODY, Jack (Ed.) *The Developmental Cycle in Domestic Groups*. Cambridge: Cambridge Press, 1962, p. 1-14.

FUKS, Mario. Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

GALIZONI, Flávia. A Terra Construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais, 2000. Dissertação de Mestrado, USP/FFLCH: São Paulo, 2000.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *Terra de Trabalho*: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro; São Paulo, Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, 2002, LTC Editora.

GUEDES, César A. M. & NATAL, Jorge L. A. Reestruturação espacial e gestão territorial no centro-oeste do Brasil – o caso da usina hidrelétrica de Serra da Mesa em Goiás. In ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, VII, 1997. *Anais Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais*: desafios ao planejamento. Recife: 1997, vol 3, p. 1902-1910.

GUNN, Philip. Mexendo com a Terra: o impacto social do complexo Pedra do Cavalo ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, III, 1989, Águas de São Pedro. In. *Anais*. Águas de São Pedro, maio de 1989, p.11-28.

GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. Mais Além da “Cultura”: Espaço, Identidade e Política da Diferença In. ARANTES, Antonio A. (Org.) O Espaço da Diferença. São Paulo, Papirus Editora, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KLEIN, Lúcia. Bens de Capital e Estado no Brasil: a implementação do programa de eletricidade In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1(3), p.83-101, 1987.

LA ROVERE, Emílio Lebre. O Planejamento do Setor Elétrico Brasileiro: principais problemas In. *Travessia: Revista do Migrante* – “As Migrações e as Barragens” CEM – Centro de Estudos Migratórios – São Paulo, p.12-17, jan/abril, 1990.

LACORTE, Ana Castro & BARBOSA, Nair Palhano. Contradições e limites dos métodos de avaliação de impactos em grandes projetos: uma contribuição para o debate. In. *Cadernos do IPPUR/UFRJ*, Ano IX, nº 14, p.29-38, jan/dez, 1995.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. ORTH, Lúcia M. E. (Trad.) Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

LEMOS, Chélen Ficher. Audiências Públicas, participação social e conflitos ambientais nos empreendimentos hidroelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé, 1999. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (UFRJ), Rio de Janeiro, 1999.

LEROY, Jean-Pierre, TAVARES, Ricardo & VIANNA, Aurélio. Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade. In. *Revista Proposta* – Barragens: questão ambiental e luta pela terra, nº46, p.54-57, Rio de Janeiro, set. 1990.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Trabalho apresentado no Simpósio Natureza e Sociedade: Desafios Epistemológicos e Metodológicos para a Antropologia, 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, Junho de 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. A região e os habitantes do distrito do Kula. In. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.17-34.

MARTINEZ-ALIER, Joan. Justiça Ambiental (local e global) In. CAVALCANTI, Clóvis (Org.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. Cortez: São Paulo, 1999 p. 215-231.

MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. LINDOSO, Maria José da Silveira (Trad.) Rio de Janeiro, 1978.

MIELNIK, Otávio & NEVES, C. C. Características da Estrutura de Produção de Energia Hidrelétrica no Brasil. In. PINGUELLI, Luis R., SIGAUD, Lygia & MIELNIK, Otávio. *Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares – aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais*. Marco Zero: São Paulo, 1988, p.17-38.

MONTERO, Paula. “Globalização, Identidade e Diferença”. In. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 49, p.47-64, nov/1997.

MURTA ENERGÉTICA S. A Atendimento ao pedido de Informações Complementares ao EIA/RIMA pós realização da Audiência Pública, dez de 2004.

NAJAR, Alberto. Malária, Migrações e Grandes projetos na Amazônia. In. *Travessia: Revista do Migrante* – “As Migrações e as Barragens” CEM – Centro de Estudos Migratórios – São Paulo, p. 33-38, jan/abril, 1990.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais In. OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) *A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Contracapa. Rio de Janeiro, 1999, p.11-39.

PÁDUA, José Augusto. Produção, Consumo e Sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. In. *Cadernos de Debate*. Brasil Sustentável e Democrático. nº 06. Rio de Janeiro: FASE, 2000 p. 11-47.

PAIVA, Angela Maria Trindade. *Participação Popular em Processos de Licenciamento Ambiental em Minas Gerais: o caso da PCH Aiuruoca*. Monografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2004.



PIMENTEL FILHO, Geraldo. O Impacto Ambiental das Obras do Setor Elétrico: o reassentamento da população atingida da usina de Itaparica In. *Revista Administração Pública*, nº 22 (3), Rio de Janeiro, p.95-110, jul/set de 1988.

PIMENTEL, Geraldo & LIMA, Silvia Helena Pires Nogueira. A Incorporação da Dimensão Ambiental no Plano de Longo Prazo do Setor Elétrico – aspectos estratégicos In. *Revista Administração Pública*, nº 25(4), Rio de Janeiro, p.43-52, out/dez 1991.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território In. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993 (checar páginas).

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. *O Planejado e o Vivido: O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento In. *Cultura e Política no Mundo Contemporâneo – paisagens e passagens*. Editora da UnB, Brasília, 2000, p.131-169.

RIBEIRO, Ricardo. *Campesinato: Resistência e Mudança – O caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha*. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Belo Horizonte:UFMG, 1993.

SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder* (Org.) JOSCELYNE, Vera Lúcia; GYALOKAY, Susana de & CLASEN, Jaime A. (Trad.) Petrópolis: Vozes, 2000.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. In. *Cadernos do IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº 2, p.15-26, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse & REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai – unidade e diversidade. In. *Cadernos do CEAS*, nº120, Salvador, p.21-34, março/abril de 1989.

SCHERER-WARREN, Ilse. Projetos de Grande Escala - a ocupação do espaço e a reação popular. In. *Cadernos do CEAS*, nº138, Salvador, p.51-65, 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José & BLOEMER, Neusa Maria. Alto Uruguai: migração forçada e reatualização da identidade camponesa. In. *Travessia: Revista do Migrante – “As Migrações e as Barragens”* CEM – Centro de Estudos Migratórios – São Paulo, p. 29-32, jan/abril, 1990.

SEMAD – SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *A Questão Ambiental em Minas Gerais: discurso e política*, Belo Horizonte: 1998.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. Intervenções e Armadilhas de Grande Porte. In. Travessia – Revista do Migrante – “As Migrações e as Barragens” CEM – Centro de Estudos Migratórios – São Paulo, p.5-11, jan/abril, 1990.

SIGAUD, Lygia, MARTINS-COSTA, Ana Luiza & DAOU, Ana Maria. Expropriação do Campesinato e Concentração de Terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. In. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 214-290, Vértice, Editora dos Tribunais, ANPOCS, 1987.

SIGAUD, Lygia. A Política Social do Setor Elétrico. In. *Sociedade e Estado*. Brasília, IV (1), p.55-71, jan/jun 1989.

SIGAUD, Lygia. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In. PINGUELLI, Luis R., SIGAUD, Lygia & MIELNIK, Otávio. Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares – aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais. Marco Zero: São Paulo, 1988, p. 83-166.

SIGAUD, Lygia. O Efeito das Tecnologias sobre as Comunidades Rurais: o caso das grandes barragens. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 18, ano 7, p.18-29, fevereiro de 1992.

SOUSA, Rosinaldo Silva de. Direitos Humanos através da história recente em uma perspectiva antropológica. In. NOVAES, Regina Reyes & LIMA, Roberto, Kant de. *Antropologia e Direitos Humanos*. Niterói/RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2001 p. 47-79.

STARLING, Mônica Barros de Lima. Politizando a Natureza: a experiência democrática na gestão do meio ambiente em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Departamento de Ciência Política, UFMG, Belo Horizonte, 2001.

VAINER, Carlos B. & ARAÚJO, Frederico G. B. Implantação de Grandes Hidrelétricas – estratégias do Setor Elétrico, estratégias das populações atingidas In. *Travessia: Revista do Migrante* – “As Migrações e as Barragens” CEM – Centro de Estudos Migratórios – São Paulo, p.18-24, jan/abril, 1990.

VAINER, Carlos B. A Inserção Regional dos Grandes Aproveitamentos Hidrelétricos – uma discussão das posições emergentes no Setor Elétrico. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, IV, Salvador. *Anais* - Novas e Velhas Legitimidades na Reestruturação do Território. Salvador, maio de 1991, p.153-161.

VAINER, Carlos B. Planejamento e Questão Ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar In. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, V, Belo Horizonte. *Anais* – Encruzilhadas das Modernidades e Planejamento, Belo Horizonte, agosto de 1993b, p.556-571.

VAINER, Carlos B. População, Meio Ambiente e Conflito Social na Construção de Hidrelétrica. In. MARTINE, George (Org.) *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições*. Editora da UNICAMP, Campinas, 1993a, p. 183-201.

VAINER, Carlos Bernardo. “Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil” In. ACSERARD, Henri; Pádua, José Augusto & HERCULANO, Selene. *Justiça Ambiental e Cidadania* (Orgs). Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004 p. 185-215.

VIANNA, Aurélio. Estado e Meio Ambiente: a implantação de hidrelétricas e o RIMA. In. *Revista Tempo e Presença*. CEDI, nº 243, ano 11, p.12-14, jul 1989.

VIANNA, Aurélio. O Movimento dos Atingidos por Barragens e a Questão Ambiental. In. *Revista Proposta – Barragens: questão ambiental e luta pela terra*, Rio de Janeiro, nº 46, p.5-8, set. 1990.

VIOLA, Eduardo e LEIS, Hector R. A Emergência e Evolução do Ambientalismo no Brasil In. LEIS, Hector Ricardo (Org.) *O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia, 1996, p.89-112.

WANDERLEY, M. N. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. ENCONTRO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NOS TABULEIROS COSTEIROS DE SERGIPE, II. *Anais - A Agricultura Familiar em Debate*. Aracaju, 1997, p. 09 – 39.

WEBER, Max. Rejeições Religiosas do Mundo e Suas Direções. In. GERTH, H. H. & MILLS C. Wright (Orgs.) *Ensaio de Sociologia*. 5ª Ed. Rio de Janeiro, 2002, LTC Editora S. A, p. 226-249.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o Campesinato como Ordem Moral In. *Anuário Antropológico/87*. Editora UnB: Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, Brasília, 1990, p.11-73.

ZHOURI, Andréa & OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos In. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PAIVA, Angela. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In, ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice Barros (Orgs). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005, p.89-116.

ZHOURI, Andréa. Ambientalismo e Antropologia: descentrando a categoria de movimentos sociais. In. *Teoria&Sociedade – Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia – UFMG*, Belo Horizonte, nº 8, 2001, p.10-28.

ZHOURI, Andréa. Discursos Verdes: as práticas da ecologia – um estudo antropológico da participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Departamento de Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, 1992.

ZHOURI, Andréa. Hidrelétricas e Sustentabilidade. SEMINÁRIO TEUTO-BRASILEIRO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS. *Anais*, Berlim: Fundação Heinrich Boell, 2-3 de junho, 2003. Disponível em:< [www.boell.org.de](http://www.boell.org.de)> Acesso 22/03/2004.